

Diário do Legislativo de 09/09/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander Borges BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Delvito Alves DEM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS

Borges

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Doutor Rinaldo BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Padre PT
João

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Délio Malheiros BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Neider Moreira BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo Valadares DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso BPS

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Vanderlei Miranda PMDB

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente

Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia Brandão BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente
Muniz

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela Reis BPS

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo Moreira DEM

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio Malheiros BPS

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Rêmolo BSD
Aloise

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Ronaldo Magalhães BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander Borges BPS

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Adalclever Lopes PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputada Cecília Ferramenta PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca Ferreira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Rêmolô Aloise BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião Costa BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Rosângela Reis

Deputado Walter BSD Vice-Presidente
Tosta

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo Magalhães BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Rêmoló BSD
Aloise

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Juarez Távora BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Jr.

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputada Cecília Ferramenta PT

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Padre PT
João

Deputado Gil DEM
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

| | |
|------------------------|------|
| Deputado Fahim Sawan | BSD |
| Deputado Antônio Júlio | PMDB |
| Deputado Durval Ângelo | PT |
| Deputado Dimas Fabiano | DEM |

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 35ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Mercado Central de Belo Horizonte pelos 80 anos de sua Fundação

1.2 - 65ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 35ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/9/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Célio Moreira - Entrega de placa - Palavras do Sr. Macoud Rademacker Patrocínio - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Ademir Lucas - Célio Moreira - Duarte Bechir - Fábio Avelar - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Célio Moreira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Mercado Central de Belo Horizonte pelos 80 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Macoud Rademacker Patrocínio, Presidente do Mercado Central de Belo Horizonte; Vereador Paulo Lamac, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Major Alfredo José Alves Veloso, representando o Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel Gilberto Cabral Costa; Jonísio Lustosa Nogueira, representando a Associação Comercial de Minas - ACMinas -; a Exma. Sra. Clebes de Souza Lima, viúva do Presidente Dico, representando as mulheres do Mercado Central; e o Exmo. Sr. Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar e agradecer a presença dos Exmos. Srs. Hélio Magalhães, Presidente da Federação de Serviços do Estado de Minas Gerais; Lincoln Pereira Nascimento, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública no Hipercentro de Belo Horizonte; Roberto Noronha Filho, Presidente do Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau; Marco Antônio de Paulo Assis, Delegado da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Vereador Ricardo de Lara Campos, de Passa-Tempo, Presidente da Ascobap; Edilson Cruz, Gerente Institucional da CDL-BH; Silvair Marques de Assis Azevedo, Superintendente de Soluções Corporativas do Senac Minas Gerais; Eduardo Costa, jornalista; e Vereador Wellington Rocha, de Raposos; e do Pe. Ademir Ragazze, representando a Arquidiocese de Belo Horizonte.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação do Coral da Assembleia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Célio Moreira

Boa-noite. Cumprimento os Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando neste ato o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Macoud Rademacker Patrocínio, Presidente do Mercado Central; Paulo Lamac, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Major Alfredo José Alves Veloso, representando o Cel. Gilberto Cabral Costa, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar; Jonísio Lustosa Nogueira, representando a Associação Comercial de Minas Gerais; e a Sra. Clebes de Souza Lima, viúva do Presidente Dico, representando as mulheres do Mercado Central; senhoras e senhores, jovens e crianças que comparecem a este grande momento para todos nós de Belo Horizonte e de Minas Gerais; quero agradecer a todos os que nos prestigiam com sua presença nesta noite, em que me é dada a honra de, em nome desta Casa, homenagear nosso Mercado Central pelos seus 80 anos de existência.

Oito décadas em que prevaleceram o espírito empreendedor, a sabedoria e a sensibilidade de seus administradores e comerciantes, que, vencendo os desafios impostos pela modernidade, garantiram àquele espaço a condição, hoje, de referência histórica, cultural e gastronômica de Belo Horizonte e de Minas.

É uma história que reúne personagens como Cristiano Machado, Raimundo Pereira Lima, Olímpio Marteleto, Macoud Rademacker Patrocínio, atual Presidente, e tantos outros que fizeram e fazem do nosso Mercado Central local de visita obrigatória e orgulho de todos nós.

É uma história que começa a ser contada a partir de 1929, quando o Prefeito Cristiano Machado decidiu reunir os feirantes em um só espaço, centralizando o abastecimento da Capital. Tempo em que barracas de madeira se enfileiravam nos 14.000m² circundados pelas carroças que transportavam os produtos. Funcionava o mercado como um centro de distribuição e abastecimento de alimentos e outros gêneros para a Capital. Tempos difíceis para comerciantes e usuários: não havia cobertura nem sistemas de água e esgoto. Durante o período seco, poeira; nos tempos de chuva, lamaçal.

Por volta de 1945, o número de comerciantes, até então em torno de 200, dobrara. O mercado, que deveria vender apenas frutas, legumes, carnes, peixes e mercadorias de armazém, passou a ter de tudo.

Em 1948, com a inauguração do Bar Juca Pato, do espanhol Floreal, surgia o tira-gosto de carne de porco frita, que mais tarde viria seduzir gente de todas as partes do País, principalmente quando acompanhado de jiló frito e cerveja gelada.

Na década de 50, chegava o Café do Seu Noé, conhecido na cidade por causa dos pastéis de carne, queijo e palmito, feitos por sua mulher, D. Zulmira.

Tinha o mercado, já nessa época, uma atividade intensa e caracterizava-se por um ambiente alegre. Assim funcionou até 1964, ano que abria um período de turbulência no País, quando o Prefeito Jorge Carone decidiu privatizar o Mercado Municipal. Era uma experiência única no País. Anunciado o leilão, grandes grupos organizaram-se para arrematá-lo. Os proprietários das lojas também se uniram, criando a Cooperativa de Construção dos Ocupantes do Mercado Municipal. Travava-se aí uma intensa batalha dos comerciantes em defesa de seu espaço, luta que se seguiu até início da década de 70, quando o grupo de comerciantes conseguiu, enfim, atender às exigências contratuais, que incluíam o fechamento de toda a área e outras reformas.

Nesse difícil período, destaca-se o espírito empreendedor do Presidente Olímpio Marteleto, que buscou o apoio do Governador Milton Campos para resolver a pendência e obteve um empréstimo de Cr\$400.000,00 no Banco Mercantil.

Essa é uma página da rica história do nosso Mercado Central, testemunha ativa da própria evolução histórica de Belo Horizonte, e que representa, atualmente, as diversas geografias mineiras. Um espaço evado de significados e fonte de muito orgulho.

Além de ser, ainda hoje, um expressivo local de abastecimento, é também um estabelecimento de diversidades culturais, que tem como atrativo turístico a tradição, onde podem ser resgatadas as raízes mineiras, por meio de costumes, hábitos, simpatia e cordialidade. Espaço que há muito deixou de ser um local de compras para se tornar estratégico no turismo e fundamental na cultura; que, com o passar dos anos, foi ultrapassando o significado de sua denominação, expandindo os limites de sua finalidade, abrindo espaços para a gastronomia, a religiosidade e o entretenimento artístico.

Por suas características tão mineiramente peculiares, nosso Mercado Central atrai para cerca de 400 lojas centenas de consumidores em busca de produtos mineiros tradicionais, como o requeijão do Jequitinhonha, o café do cerrado, o queijo da Canastra, a cachaça de Salinas, os doces da Mantiqueira e a carne de sol de Montes Claros. É nosso Mercado Central um espaço de natureza comercial e sobretudo lúdica, que bem traduz nossa mineiridade, assim definido pelo compositor e escritor Fernando Brant, nos três últimos parágrafos do livro sobre o Mercado, publicado em 2004: "Bendito lugar do prazer dos olhos, que se encantam num festival de cores e formas que deslumbram; do nariz, que busca fundo os aromas mais diversos, conhecidos ou estranhos, que vêm de todos os cantos; da boca que se delicia, ao receber alimentos que aguçam o paladar, alimentam o corpo e perfumam a alma; dos ouvidos que escutam a melodia das vozes de pessoas que não querem ser mais do que ninguém, que aceitam a todos e não teorizam sobre igualdade e convivência, apenas as praticam".

Ir ao Mercado não se condiciona necessariamente ao consumo, mas à busca do prazer, do acaso de um encontro, entregando-se ao encantamento de viver a proximidade, de recuperar a intimidade perdida nos limites do apartamento, enfim, de ver gente. Gente que caminha entregue à apreciação dos produtos, gente frenética na busca dos ingredientes para o almoço, gente com sotaques latino e europeu, gente perdida em meio à diversidade e aos sabores, tudo compondo um contexto que faz do Mercado Central ponto de visita obrigatória. Por sua incontestável importância no contexto social, candidatos se revezam há décadas pelos seus corredores ou nos pontos mais tradicionais, buscando visibilidade e proximidade com comerciantes e público consumidor. Sabem que ali se abrigam todas as tribos e vertentes. Assim foi de Juscelino a Aécio, de Carone a Márcio Lacerda. Viver a experiência de uma manhã de sábado ou domingo no Mercado é inesquecível e irrenunciável. Ali não se verifica apenas a troca de moedas por mercadorias, mas o estabelecimento de laços especiais que unem lojistas e usuários. Ali se desenrolam cenas do cotidiano, da história e da vida de muitos belo-horizontinos, onde se reproduz o dia a dia da vida mineira, o jeito de ser mineiro.

O ideário do Mercado Central permanentemente é enriquecido pelos infindáveis casos que acompanham sua evolução, cujos personagens, tão reais quanto seus enredos, estão alguns deles aqui presentes para comprovar sua veracidade.

Seus corredores têm muitas histórias para contar. Algumas de lutas, conquistas e vitórias, outras de derrotas, mas quase todas com uma boa dose de ensinamento. Elas estão registradas em reportagens de jornais, nos arquivos do Mercado e em alguns trabalhos acadêmicos. Adentrar o Mercado é iniciar uma viagem de experiências insólitas. Encontraremos pelo caminho as bancas do Maia, vendedor de frutas e especialista em escolher abacaxis; do Mozer, com seus queijos, destacando o canastra, que é insuperável. Veremos também o Eduardo, de Virgíópolis, com sua ricota italiana defumada, de notável sabor; o açougue do Zé Cabrita. Encontraremos ainda o bar do Mané Doido, onde a cerveja está sempre no ponto; a loja Uirapuru, do Hermínio, do Heraldito e do Nono; o Rei da Feijoada, de propriedade de João e de seus filhos, onde há a garantia de uma cerveja gelada acompanhada de salgadinhos. Cruzaremos ainda com o Bar Fortaleza, reduto da turma dos imortais, composta por empresários, advogados, professores, profissionais liberais e representantes de outros segmentos, que lá costumam se reunir no final das tardes.

São, senhoras e senhores, 80 anos de uma história de vitalidade e "glamour", protagonizada por três gerações de homens e mulheres entregues à labuta diária, que, muitas vezes, começa com o raiar do dia e só termina quando o sol se põe. Sem dúvida, é nosso Mercado um modelo de sucesso, sustentado por sua grande capacidade de adaptação aos tempos; por suas características históricas, inspira a inclusão em uma cidade que, por seu perfil de Capital, é excludente. Muitos ali vão em busca da memória: uns porque estiveram lá com o avô, outros porque sentem ali o cheiro da vendinha do interior, alguns porque dali levaram seu primeiro animal de estimação. Espaço em que impera a simplicidade mineira, realçada na forma cortês e simpática com que acolhem clientes ou visitantes, onde o mineiro saudos de suas raízes se encontra e o homem da metrópole se embriaga, num mundo que lhe parece encantador e exótico. É dentro desta área de 14.000m², abrigando cerca de 400 lojas, que o mineiro se sente verdadeiramente em casa. Uma casa que gera 2 mil empregos diretos e 15 mil indiretos, onde gerações se sucedem fiéis aos princípios que fazem do Mercado Central um espaço diferenciado no coração desta cidade. Nossos cumprimentos e nosso agradecimento a todos, convidados, feirantes, comerciantes, funcionários, esses que dão alma ao nosso Mercado Central e continuam reeditando sua história. Obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Macoud Rademacker Patrocínio, Presidente do Mercado Central, de placa alusiva a esta homenagem. **A placa contém os seguintes dizeres: "Vasto universo de cores, aromas, sabores e crenças por onde passa a vida de centenas de pessoas. Corredores que guardam, entre o tradicional e o moderno, infinitas formas de encontro com a mineiridade. O Mercado Central, outrora apenas um centro de abastecimento, tornou-se uma importante referência turística e gastronômica, ponto de encontro de belo-horizontinos e de todos os que visitam a Capital. Com votos de longa vida, o Parlamento mineiro congratula-se com o Mercado Central Abastecimentos e Serviços por seus gloriosos 80 anos de existência".**

O Sr. Presidente - A Presidência convida, com muita honra, o Deputado Célio Moreira, autor do requerimento, apoiado por unanimidade nesta Casa, que suscitou esta reunião festiva em homenagem aos 80 anos do Mercado Central de Belo Horizonte.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Macoud Rademacker Patrocínio

Boa-noite. Exmos. Srs. Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, neste ato representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Vereador Paulo Lamac, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Major Alfredo José Alves Veloso, representando o Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, Cel. Gilberto Cabral Costa; Jonísio Lustosa Nogueira, representando a Associação Comercial de Minas Gerais; Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, na pessoa do qual cumprimento todas as autoridades; e Sra. Clebes de Souza Lima, viúva do Presidente Dico, representando as mulheres do Mercado Central.

Minhas senhoras, meus senhores, é com orgulho e satisfação que hoje me encontro aqui para participar deste evento, representando o Mercado Central de Belo Horizonte.

Como Presidente, tenho a honra de falar da alegria de ver uma instituição como a nossa, no dia 7 de setembro, completar 80 anos de forma robusta e sólida e com invejável vitalidade, tanto econômica quanto política e social.

Compartilhamos, com as senhoras e os senhores, este momento tão importante para a nossa história. Esta homenagem ora concedida é um evento marcante e significativo para a história do Mercado Central e demonstra que o povo mineiro, em especial os belo-horizontinos, têm no Mercado Central um símbolo, uma referência, e é esse o significado desta homenagem.

Posso dizer, senhoras e senhores, que nasci e fui criado dentro do Mercado Central, vendo meu pai, Rony do Patrocínio, trabalhar incansavelmente para prover a nossa família, assim como tantos outros comerciantes e participantes ativos desta história.

As dificuldades foram muitas. Vivemos toda a nossa vida dentro do mercado e vimos esta cidade crescer e se transformar na metrópole que é hoje. Graças ao dinamismo empresarial desses associados, conseguimos chegar até onde nos encontramos.

Quando iniciamos a nossa jornada, a população de Belo Horizonte era de 47 mil habitantes. Hoje, senhoras e senhores, somente aos sábados, recebemos um público estimado em 55 mil pessoas, número maior que toda a população de Belo Horizonte em 1927.

Não posso me furtar de agradecer ao Sr. Raimundo Pereira Lima, o Dico, como era conhecido carinhosamente pelos comerciantes, aqui representado por sua viúva, a Sra. Clebes de Souza Lima, e seus familiares. Foi o nosso saudoso Dico quem deu o primeiro passo para a arrematação do Mercado, com a criação de uma cooperativa. Com seu entusiasmo, o que era, a princípio, um sonho, transformou-se em realidade. Ele foi o responsável pelo divisor de águas que levaria ao sucesso ou ao fracasso a vida de centenas de pessoas que dependiam do Mercado Municipal para sobreviver.

Em 1969, decorridos quase cinco anos da arrematação do Mercado pelos comerciantes, a maior batalha cruzou o nosso caminho. Faltando apenas 15 dias para encerrar o prazo final para a conclusão das obras que completariam a última etapa prevista no edital de privatização, ainda tínhamos pela frente mais um desafio. Então surgiu o nosso segundo líder, o Sr. Olímpio Marteletto, que, em um ato de extremo vigor e liderança, contratou quatro construtoras, que concluíram as obras no prazo fixado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Definitivamente, o Mercado era nosso!

Vieram muitas outras batalhas, que foram vencidas com vigor e com o entusiasmo que se instalou nos corações de nossos associados e comerciantes. Tenho a certeza de que seremos capazes de enfrentar e vencer todas as batalhas que aparecerem.

Ao caminharmos pelo Mercado, deparamo-nos com uma viagem fantástica. Visitamos diferentes culturas, cidades, estilos de vida e épocas, tudo somado em uma única estrutura, projetada para captar as energias positivas. Como bons mineiros que somos, generosamente compartilhamos nossa alegria com todos os que por aqui se aventuram.

Surpreendemos todos os que visitam o Mercado Central pela primeira vez, pois ficam encantados e seduzidos pela diversidade de sabores, cores e aromas, aliados à organização, à segurança e à limpeza.

O ar carregado de energia positiva infiltra em nossos corações e nas mentes de nossos visitantes, clientes e amigos, e eles saem renovados. Ao longo de todos estes anos, revolucionamos o conceito de mercado. De um início absolutamente amador e improvisado, saltamos para uma organização impecável. O Mercado Central é maravilhosamente perfeito, combina o moderno com as nossas tradições. Aqui hoje presenteio a Mesa com um livro que fala e conta toda a história do Mercado, e hoje convidamos todos para festejar conosco este momento muito importante da nossa trajetória, pois afinal somos parte da história de Belo Horizonte.

Finalizando, agradeço ao Deputado Célio Moreira e a seus pares por esta homenagem, que, sem dúvida, ficará marcada nos anais desta Casa, assim como nos corações daqueles que amam o nosso Mercado. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Macoud Rademacker Patrocínio, Presidente do Mercado Central, instituição homenageada nesta noite, quero cumprimentá-lo e não somente parabenizar a família Mercado Central, mas também sua família, que está toda aqui presente: seus pais, seus filhos, sua esposa. A família é importante. Defendemos essa força que, para todos nós, é a família, e hoje, em especial, a família Mercado Central. Cumprimento ao Vereador Paulo Lamac, Líder do Governo, amigo e atuante Vereador da Capital, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte, e, em seu nome, os demais Vereadores já citados e nominados. Cumprimento a Polícia Militar, por meio do Major Alfredo José Alves Veloso; a nossa Polícia Civil aqui presente; o comerciante, empresário e grande amigo Sr. Jonísio Lustosa Nogueira, representando a Associação Comercial de Minas Gerais; a Sra. Clebes de Souza Lima, viúva do Dico, já citado carinhosamente aqui pelo Presidente do Mercado, que também tem uma história - e, cumprimentando a senhora, cumprimento todas as demais mulheres deste recinto na noite de hoje -; os Deputados aqui presentes, Ademir Lucas e Wander Borges, pois os vejo daqui, e os demais que já marcaram presença, Fábio Avelar e Duarte Bechir, além do autor do requerimento, Deputado Célio Moreira, que deu origem a esta homenagem justa, correta e merecida. Parabéns, Deputado Célio, por este momento inspirado que V. Exa. teve de reconhecer o Mercado Central, patrimônio de todos nós, mineiros.

Quero também distinguir uma pessoa que merece, o Sr. Vimar Clarindo, que está ali presente. Parece que ele é o associado mais idoso. Lembraram-me de não dizer mais velho, porque ele não gosta, mas é o mais idoso, o mais experiente. Parabéns ao senhor pela sua presença, nesta noite, a qual engrandece a nossa solenidade.

Senhoras e senhores, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia Legislativa, esta Casa legislativa, na condição de representante política de todos os mineiros, tem grande satisfação em homenagear, nesta reunião especial, uma instituição que, em outros aspectos, também representa um pouco de todas as regiões do Estado: o Mercado Central de Belo Horizonte. Como já foi dito, do queijo canastra aos doces, das frutas e dos legumes às ervas e às raízes, da culinária típica aos produtos energéticos, do artesanato aos artigos religiosos, dos cafés e dos sucos à cachaça artesanal, dos utensílios domésticos ao comércio de animais, do tradicional ao contemporâneo, o Mercado Central é uma síntese de tudo o que se produz em Minas e cabe no espaço de uma feira popular. Mais do que um local de compras, composto por praticamente mais de 400 lojas, é um autêntico centro de manifestação da cultura mineira, pela diversidade regional dos produtos ali encontrados, pelas histórias que se contam sobre eles, pelos personagens que circulam pelas praças e pelos corredores do nosso Mercado.

Por tudo o que oferece como centro comercial e cultural, o Mercado tornou-se uma das maiores atrações turísticas da cidade, um ponto obrigatório de encontro de pessoas de variadas faixas etárias, um centro de convivência de homens e mulheres de todas as classes sociais. Por esse espaço plural passam, como já foi dito, diariamente, cerca de 30 mil pessoas e, aos sábados, mais de 50 mil pessoas, que, no exercício de uma profissão ou em busca de produtos para as mais diversas necessidades ou ainda de lazer, mobilizam uma economia superior à de muitos Municípios mineiros.

No livro "Mercado Central", o escritor Fernando Brant, grande mineiro, conhecido por sua contribuição à música popular brasileira, notadamente por sua parceria com o compositor e cantor Milton Nascimento, expressa, poeticamente, o que lhe inspira esse ponto de encontro belo-horizontino: "É uma festa para todos os sentidos. Os ouvidos e a mente começam a perceber que, no meio da algazarra de vozes, existem pessoas construindo um mundo. O espetáculo belo, cheiroso, gostoso e excitante é também humano e democrático. É a síntese mais perfeita da cultura de Minas, da diversidade de costumes e fazeres que realçam as qualidades dessa gente montanhosa". Por tais características e pela atração que exerce sobre os visitantes, quer daqui, quer de outros Estados, quer de outros países, o Mercado também já foi tema de diversos trabalhos acadêmicos. Ressalta-se sempre neles, assim como em diversas matérias publicadas em nossos jornais e revistas, sua importância como vitrine dos produtos típicos de Minas, de suas tradições e costumes.

Nascido em 7/9/29, as atividades do Mercado Central no início, como dito pelo autor do requerimento que suscitou esta homenagem, consistiam num conjunto de barracas simples, de madeira, enfileiradas e cercadas por carroças que transportavam principalmente produtos

alimentícios para abastecimento da população da Capital. É aquela história das coisas que, às vezes, nascem numa cidade pequena, quase que da roça mesmo.

No decorrer de sua história, passou por diversas reformas - e o Presidente citou algumas importantes, com a atuação de brilhantes Presidentes e homens que ajudaram a construir essa história -, ampliou seus serviços e modernizou sua estrutura, mas sem perder sua essência, suas características originais. Hoje oferece aos frequentadores uma série de atrativos e todas as condições para fazerem suas compras com conforto e segurança.

A Assembleia Legislativa de Minas congratula-se, nesta solenidade comemorativa dos 80 anos do Mercado Central, com seu Presidente Macoud Rademacker Patrocínio, com os demais membros de sua administração, com os comerciantes, funcionários e todas as pessoas que contribuem para a preservação e o aprimoramento desse patrimônio de todos os mineiros. Parabéns, Mercado Central, pelos 80 anos de uma bela história, de muito bom gosto! Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, como esta reunião está sendo transmitida para aproximadamente 300 cidades de Minas Gerais, eu gostaria de deixar um pouquinho de água na boca dessas pessoas que acompanham pela TV Assembleia esta homenagem ao Mercado Central. Já fui informado pelo Presidente que, no final, vamos nos deliciar com os tira-gostos: torresminho, carinha de sol, etc.

Quero dizer aos telespectadores que o Mercado Central funciona das 7 às 18 horas, de segunda a sábado, e das 7 às 13 horas, aos domingos e feriados. Quando chegarem a Belo Horizonte e perguntarem onde é o Mercado Central, qualquer pessoa poderá informá-los. Ali tem o fígado acebolado, o fígado com jiló frito, a carne de sol, não é isso, Terezinha? Ela sempre acompanha o Mercado Central, assim como o Eduardo Costa, tomando aquela geladinha, só para tirar a poeira da garganta. Tem ainda aquele pastelzinho e a feijoada. Então é só para dar água na boca do pessoal e dizer para visitarem o nosso Mercado Central toda vez que vierem a Belo Horizonte. É só essa observação, Sr. Presidente. Aliás, daqui a pouco estaremos praticando tudo isso, com uma cervejinha gelada, companheiro rotariano, nosso Presidente, e degustando aquelas delícias. Estou falando, e minha boca está enchendo de água.

É só para animar o pessoal que está acompanhando. Obrigado, Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 4, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/9/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.309/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.441/2009; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.480/2009; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.520/2009; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.857/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Declarações de voto - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o art. 4º da Lei nº 15.757, de 4/10/2005, que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS a aquisição de automóvel para a utilização por pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autista, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 2. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.309/2007 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.441/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São João Evangelista o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.441/2009 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.480/2009 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.520/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a concessão de incentivo a empresa que contratar empregados egressos do sistema prisional e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.857/2007 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, na verdade fizemos aqui um acordo no Plenário para agilizar a votação de projetos importantes da pauta, mas queria referir-me particularmente ao Projeto de Lei nº 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues. É um projeto importante que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS a aquisição de automóvel para a utilização por pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autista, e dá outras providências. O projeto do Deputado Sargento Rodrigues estende esse benefício para adolescentes que precisam do transporte, com a possibilidade de aquisição do veículo por intermédio de terceiros. Então, parabéns ao Deputado Sargento Rodrigues, que altera uma lei de minha autoria estendendo esse benefício a esse segmento. Mas quero aqui, Sr. Presidente, fazer um apelo ao governo. Sabemos que esse tipo de isenção de ICMS precisa de acordo, de um acerto no conselho de Secretários de Fazenda estaduais, o Confaz. Essa Lei nº 15.757 - agradeço aos Deputados desta Casa o apoio - foi resultado de um veto que derrubamos aqui do Sr. Governador a um projeto de minha autoria. É impressionante como não se tem nenhuma ação política para que o Confaz proceda a essa autorização. Minas Gerais discute o pré-sal, a Lei Kandir e a reforma tributária. Agora, a Assembleia aprova uma lei, Deputado Adelmo, para beneficiar pessoas com deficiência, por exemplo, um deficiente visual, uma pessoa que não pode se locomover por conta própria, que depende de veículo para o seu transporte, mas não vemos ações para a sua implementação. O Lula já tirou o IPI de veículos para pessoa pobre com deficiência. Agora, aqui em Minas, a Assembleia autoriza, mas o governo não faz nenhuma gestão. Não me venham com o argumento de que isso prejudicará os cofres públicos, porque os recursos são poucos, e são poucas as pessoas que utilizarão esses benefícios. Os que vão utilizá-los precisam deles. Então, Sr. Presidente, ao parabenizar o Deputado Sargento Rodrigues, quero fazer um apelo ao governo. A Assembleia já fez a sua parte, autorizou, aprovou a lei que trata com isonomia as isenções. O imposto federal, Deputado Andrada, está isento. Queremos essa isenção para o imposto estadual, pois é para pessoas com deficiência. O Secretário de Fazenda poderia ir ao Confaz discutir e batalhar por essa questão, pois é para beneficiar, como disse, pessoas com deficiências. Aqui mesmo, na Assembleia, temos pessoas que estão nessa situação, que precisam levar o filho para um tratamento diário, que precisam do veículo adaptado. Então, quero parabenizar o Deputado Sargento Rodrigues, mas dizer que temos a obrigação de, ao terminar essa legislatura, fazer com que essa lei saia do papel. Então, Sr. Presidente, faço um apelo ao Governador e ao Secretário de Fazenda para recolocarem essa questão no Confaz. Minas Gerais poderia sair na frente. São poucas as pessoas beneficiadas com essa isenção, portanto o impacto financeiro será pequeno nos cofres do Estado. Há tantas isenções por aí. Às vezes, notamos que uma multinacional quer vir para o Estado e ele faz tudo: dá terreno, abre mão de imposto, faltando só contratar o empregado para ela. Há até um projeto aqui mais ou menos nessa área, mas não vou abordá-lo. Para beneficiar a pessoa com deficiência, dizem que depende do Confaz, é um jogo de empurra-empurra. A lei foi aprovada, mas depende do Conselho. Porém, em muitas matérias, quando o Estado quer, ele resolve. Votei favoravelmente, porque é um projeto importante. O Deputado Sargento Rodrigues está de parabéns mais uma vez. E solicito ao Líder de Governo e aos parlamentares que façam o Governador cumprir essa lei.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, quero iniciar minha declaração de voto cumprimentando o Deputado André Quintão, como sempre muito sensato, equilibrado e, obviamente, para quem teve essa primeira iniciativa, dotado também de muita sensibilidade. Quero sugerir a V. Exa. que, neste momento - a minha assessoria está aqui ao lado -, elaboremos um requerimento, cuja autoria seria deste Deputado e de V. Exa., para que promovamos uma audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa. Não é possível que o governo do Estado não tenha essa sensibilidade. Não é possível que o Secretário não tenha essa sensibilidade. Estou convicto de que o Governador tem essa sensibilidade. Mas o Estado é gigantesco, Deputado André. Talvez situações de menor monta como essa não cheguem ao Governador, por tratar-se de uma lei que atinge um número pequeno de pessoas. Mas posso afiançar ao Governador e ao Secretário de Fazenda, Sr. Cirineu, que essa proposta autorizativa permite a pessoas que têm deficiências realmente usufruírem dessa isenção de ICMS na aquisição de veículo. Todos sabemos que uma pessoa com determinada deficiência física precisa de alguém para levá-la de um lado para outro, para tocar a sua vida. Além de possuir uma deficiência, o deficiente precisa de uma pessoa que, para ajudá-la, certamente necessitará de um veículo. Portanto, Deputado André Quintão, vamos apresentar o requerimento e convidar o Secretário de Fazenda e os representantes do Confaz para realizarmos essa discussão na Comissão. É claro que, para esta audiência pública, vamos trazer também as pessoas que necessitam alcançar esse benefício. Creio que o Governador é uma pessoa sensível e imediatamente chamará para si essa decisão. Essa decisão que se joga para o Confaz é política. Uma vez tendo o Governador tomado conhecimento e entendido o objetivo da proposta, não tenho dúvida de que vai colocá-la em prática e regulamentá-la de imediato, porque a lei o autoriza, e, por decreto, ele pode assim determinar que se proceda. Entendo, Deputado Doutor Viana, que teremos essa tranquilidade. Mas é claro que o nosso papel, como parlamentar, não é só legislar, mas fiscalizar, mediar, cobrar e proporcionar, também por meio de audiências, que os atores envolvidos em determinada questão sejam chamados à responsabilidade, para discutir e opinar sobre aquele tema. Precisamos abraçar essa questão com alma e com todas as energias. Sabemos - e V. Exa., Deputado Doutor Viana, é um homem que lida na área da medicina há muitos e muitos anos - o que é essa situação, o que é a pessoa ter essa deficiência, não poder se locomover e depender de outra pessoa, que, muitas vezes, também não tem condições

financeiras. Acredito que esse requerimento, assinado por mim e pelo Deputado André Quintão, virá em boa hora.

O Sr. Presidente - A Presidência também é sensível aos projetos de lei e ao requerimento que os Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão assinarão para discutir essa questão e beneficiar esse segmento sofrido e que tanto precisa da sociedade.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, desejo apenas parabenizar o boletim nacional de assuntos lotéricos que completou, nessa última semana, oito anos. Foram mais de 2.115 edições que trouxeram todos os informativos sobre os assuntos ligados às loterias estaduais de todo o Brasil e à Loteria Federal. Gostaria de parabenizar a empresa Magnho, de São Paulo, uma empresa que vem mostrando seu trabalho no mercado e também descobriu o chavão da internet no noticiário diário. O boletim relata todos os acontecimentos de todos os Estados, todas as notícias que estão em todos os jornais e emissoras de tevê e rádio do Brasil, informando as loterias, os Presidentes das loterias, as autarquias e todos os Estados. Ele é o maior informativo de assuntos lotéricos do Brasil e está agora completando seus oito anos, e não poderia deixar de, hoje, registrar e dar os parabéns ao Magnho José, seu editor-geral. Parabéns ao Boletim de Notícias Lotéricas pelos seus oito anos. Obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Quero cumprimentar todos e todas e dizer que, ontem, participamos da sabatina feita aos indicados para participar da agência de água e esgoto do nosso Estado. Questionamos o processo, que foi totalmente arbitrário e não deu espaço para o debate e, aliás, para a exposição das ideias dos sabatinados. Não precisava disso, o que constrangeu, aliás, os sabatinados. Cada Deputado teve apenas cinco minutos para formular suas perguntas e os sabatinados dez minutos para respondê-las. Então, questionamos a condução dos trabalhos pelo Presidente da Comissão, o que infelizmente deixa a entender aquilo que denunciamos da tribuna da Assembleia: a agência foi criada para aumentar o valor da tarifa de água no Estado de Minas Gerais. Infelizmente ela não foi criada para fazer a fiscalização, e há muita coisa para ser fiscalizada. Para se dar um exemplo, eu estive, no final de semana, em Nova Contagem, uma região com mais de 100 mil pessoas e que tem uma estação de tratamento. O mau cheiro é tanto que, às vezes, as pessoas não conseguem nem fazer suas refeições. Ele causa, aliás, problemas de saúde, e lembro que a estação, só com 30% da sua operação, já está desse jeito. Imaginem quando chegarem a 50%, a 60% ou 100% da sua capacidade de operação. Como será? O mau cheiro exalado é muito grande na cidade de Contagem, mais especificamente em Nova Contagem, que tem um movimento muito forte, o movimento Acorda Nova Contagem. Realmente a população está mobilizada. Fizemos essas solicitações. Aliás, esse seria o papel da agência: fiscalizar as cidades nas quais a população paga pelo tratamento de esgoto que não existe; fiscalizar os contratos não cumpridos pela Copasa e analisar as planilhas de custo. Também questionamos se a agência não teria a independência que deveria, porque as indicações foram feitas pelo Governador, que, aliás, apresentou um assessor especial que, desde 2003, trabalha no governo. Pergunto: esse assessor fará o que quer o governo e a Copasa ou aquilo que o povo precisa e a lei manda? Deixamos esse questionamento. Essa agência seria realmente muito importante, caso fosse criada nos moldes da Lei nº 11.445. Ontem denunciamos e apresentamos provas de que o Presidente da Copasa, em entrevista ao jornal "Estado de Minas", no final da semana, afirmou que haverá reajuste nos índices anunciados no início do ano. Como o Presidente pode anunciar um reajuste, se, antes, a agência teria de analisar essa necessidade? Ele poderia dizer que a Copasa solicitaria aquele índice, mas a agência teria de aceitá-lo ou não. Contudo, o Presidente da Copasa já afirmou isso, demonstrando ingerência daquela instituição e do governo. É a raposa tomando conta do galinheiro. Realmente, ficamos indignado com isso. É prova do que denunciamos da tribuna, ou seja, que o objetivo da criação da agência é aumentar mais e mais a tarifa de água em nosso Estado, que já é muito cara. Apresentamos esse questionamento, pois a Assembleia Legislativa não precisava disso. Ela poderia realizar uma sabatina de forma democrática. A cada dia, poderíamos sabatar um Diretor da agência, para conhecermos a sua capacidade e potencialidade, mas, infelizmente, isso não aconteceu. A nossa caravana continua com muita força e terá ainda mais ao percorrermos a Região Metropolitana. Temos visitado o comércio e conversado com entidades, associações e igrejas, para fortalecermos esse trabalho contra as tarifas abusivas em nosso Estado, tanto da Cemig quanto da Copasa. A agência foi criada porque, desde 2007, impetramos ações na Justiça, para questionar os aumentos abusivos e ilegais da Copasa. Em janeiro deste ano, conseguimos uma liminar na Justiça que proibiu o aumento do valor da água. A Copasa, não satisfeita, recorreu da decisão no Superior Tribunal de Justiça, onde perdeu, pois não provou a necessidade do aumento. Como o aumento está proibido até hoje, o governo enviou um projeto para a criação da agência, a fim de se adaptar à Lei nº 11.445, no intuito de aumentar o valor da conta da água. Mas a agência não deveria servir para isso, e sim para fiscalizar e defender o consumidor e os interesses do povo. Infelizmente, a agência foi criada em nosso Estado para homologar as vontades do governo. Gostaria de acreditar nos Diretores que tiveram os seus nomes aprovados hoje. Espero estar enganado, espero que cumpram a sua função e não aumentem o valor da água. Espero também que, ao analisarem a planilha, possam pedir a redução do preço, diante dos grandes lucros que a Copasa teve nos últimos anos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária também de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

Ata da 1ª Reunião Especial DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 19.168, em 19/8/2009

Às 14h29min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Magalhães, Wander Borges e Vanderlei Miranda (substituindo o Deputado Gilberto Abramo, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Ronaldo Magalhães, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Vanderlei Miranda para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos, por unanimidade, os Deputados Ronaldo Magalhães e Wander Borges para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Deputado Wander Borges é empossado para o cargo de Vice-Presidente e, a seguir, empossa o Deputado Ronaldo Magalhães no cargo de Presidente. Na oportunidade, a Presidência designa o Deputado Wander Borges para relatar a matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente - Wander Borges - Lafayette de Andrada.

Ata da 15ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 20/8/2009

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eros Biondini, Antônio Carlos Arantes e Inácio Franco (substituindo o Deputado Fábio Avelar, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eros Biondini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.423/2009 (relator: Deputado Fábio Avelar), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a

votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.337, 4.369 e 4.371/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Fábio Avelar - Eros Biondini.

Ata da 1ª Reunião Especial DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE AS INDICAÇÕES dos Srs. OCTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO, ANTÔNIO MAURÍCIO FORTINI E TEODORO ALVES LAMOUNIER PARA OS CARGOS DE DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ARSAE-MG, em 25/8/2009

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Getúlio Neiva, Carlos Mosconi e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Getúlio Neiva, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão, que se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. Prosseguindo, a Presidência determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Fábio Avelar para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Deputados Fahim Sawan e Getúlio Neiva, ambos com quatro votos. Na condição de Presidente "ad hoc", o Deputado Getúlio Neiva empossa o Deputado Fahim Sawan no cargo de Presidente. Este, por sua vez, empossa o Deputado Getúlio Neiva no cargo de Vice-Presidente. Em seguida, a Presidência designa o Deputado Carlos Mosconi como relator da indicação do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito e o Deputado Fábio Avelar como relator da indicação dos nomes dos Srs. Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, informa que a próxima reunião será convocada por meio de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Fahim Sawan, Presidente - Getúlio Neiva - Fábio Avelar - Padre João - Carlos Mosconi.

Ata da 21ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 26/8/2009

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Ruy Muniz, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Departamento de Fitoterapia da Universidade Federal de Viçosa, informando sobre a realização do 7º Encontro de Homeopatia e Terapêuticas Naturais; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", em 13/8/2009, da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, e do Sr. Marcos Donizetti da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Muzambinho. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.476/2009 (Deputado Ruy Muniz) e 3.517/2009 (Deputado Deiró Marra), em turno único, e 2.997/2009 (Deputada Gláucia Brandão), no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.380; 4.382; 4.395; 4.411 e 4.413/2009. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.308/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Ana Maria Resende em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a qualidade do ensino e a regularização dos cursos de educação a distância da Fundação Universidade do Tocantins - Unitins - bem como os impasses ocorridos atualmente; do Deputado Almir Paraca em que solicita seja realizada visita técnica à Faculdade Cidade de João Pinheiro, seguida de reunião de audiência pública no Município de João Pinheiro, para esclarecer a atual situação daquela instituição de ensino junto à Secretaria de Educação Superior - Sesus -, do Ministério da Educação; do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhada ao Cabo PM Luciano Marcos Fernandes, nº 101.165-9, lotado no 49º Batalhão, em Belo Horizonte, e integrante da equipe de "tae-kwon-do" da PMMG, manifestação de aplauso por ter se classificado em segundo lugar no 6º Festival Intercontinental de Tae-kwon-do, disputado em Recife, e por ter se classificado para disputar o Campeonato Brasileiro, em Fortaleza; do Deputado Ruy Muniz em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater a terceirização do fornecimento de merenda nas escolas municipais em Minas Gerais; no Município de Montes Claros, para debater a implantação do restaurante popular da Unimontes, bem como a eleição direta para Reitor e Vice-Reitor daquela instituição, conforme previsto no Projeto de Lei nº 1.968/2007, em tramitação nesta Casa; e para debater a situação das Fundações Educacionais em Minas Gerais; e do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Contagem para debater o financiamento e a responsabilidade do Estado e do Município na manutenção do ensino médio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Ruy Muniz, Presidente - Gláucia Brandão - Deiró Marra.

Ata da 16ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 26/8/2009

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Braulio Braz e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Ronaldo Magalhães, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 566, 702, 896/2007, 3.440/2009, 2.859/2008, 3.162, 3.176, 3.266, 3.346, 3.398, 3.409, 3.410, 3.413, 3.414, 3.415, 3.416, 3.422, 3.425, 3.426 e 3.427/2009 (Deputada Ana Maria Resende); 3.428, 3.434, 3.435, 3.446, 3.447, 3.451, 3.453, 3.454, 3.455, 3.457, 3.458, 3.459, 3.460, 3.463, 3.467, 3.468, 3.469, 3.471, 3.472 e 3.473/2009 (Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 566, 702, 896/2007 e 3.440/2009 (relatora: Deputada Ana Maria Resende). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.859/2008, 3.162, 3.176, 3.266, 3.346, 3.398, 3.409, 3.410, 3.413, 3.414, 3.415, 3.416, 3.422, 3.425, 3.426 e 3.427/2009 (relatora: Deputada Ana Maria Resende); 3.428, 3.434, 3.435, 3.446, 3.447, 3.451, 3.453, 3.454, 3.455, 3.457, 3.458, 3.459, 3.460, 3.463, 3.467, 3.468, 3.469, 3.471, 3.472 e 3.473/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente - Ademir Lucas - Dimas Fabiano.

Ata da 22ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 26/8/2009

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Guedes, Ademir Lucas, Carlos Gomes (substituindo a Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT) e Tenente Lúcio (substituindo o Deputado Sebastião Helvécio, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.394/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Montes Claros, destinada a debater a queda da receita dos Municípios mineiros em razão da crise econômica e financeira e o consequente desequilíbrio diante da Lei de Responsabilidade Fiscal; Ademir Lucas em que pleiteia seja solicitada ao Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais cópia dos contratos celebrados, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, para a construção de unidades habitacionais no Município de Contagem; Carlos Gomes e Cecília Ferramenta (3) em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Bom Despacho com a finalidade de debater os benefícios e os impactos do programa habitacional do governo federal Minha Casa, Minha Vida na região Centro-Oeste do Estado; seja realizada visita à empresa de telefonia Oi com o objetivo de viabilizar a instalação de rede de telefonia móvel nos distritos do Município de Caratinga e o acesso dos habitantes do Município de Ubaporanga ao número de emergência 190; e seja realizada visita ao Promotor de Justiça do Município de Caratinga para obter informações sobre a ação civil pública que trata da desapropriação de área destinada à construção das unidades habitacionais de interesse social para o programa Minha Casa, Minha Vida. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Ademir Lucas, Presidente - Wander Borges - Carlos Gomes.

Ata da 16ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 27/8/2009

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Tenente Lúcio e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofícios da Sra. Patricia Porto, Gerente-Geral de Rádio e TV da ALMG, informando que a TV Assembleia tomou as providências necessárias para divulgar, a partir desta sexta-feira, dia 28, a campanha publicitária referente ao "Disque Denúncia 181", conforme requerimento dos Deputados desta Comissão e outros; e do Deputado Rômulo Veneroso, justificando sua ausência na reunião anterior desta Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.857/2007, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Tenente Lúcio). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

João Leite, Presidente - Rômulo Veneroso.

Ata da 2ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 27/8/2009

Às 16h45min, comparece na Associação Comercial e Industrial de Montes Claros - ACI - o Deputado Célio Moreira, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos Deputados presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para obter explicações do DNIT sobre a programação de restauração da BR-135. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Álvaro Campos Carvalho, Chefe de Serviço de Engenharia, representando o Sr. Sebastião Donizete de Souza, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT-MG; Valmir Morais de Sá, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - Amams -; Geraldo Eustáquio Andrade Drumond, Presidente da Associação Comercial Industrial e de Serviços de Montes Claros - ACI -; José Barros Júnior, Supervisor da unidade local em Sete Lagoas - DNIT-MG; Antônio Pérciles Lobo, Supervisor da unidade local em Montes Claros - DNIT-MG; José Napoleão Garcia, Gerente do Contrato do Consórcio: Egesa, Conserva de Estradas - lote 1; Valdir Borges, Gerente do Contrato do Consórcio: Estacon, Pavotec, Triunfo - lote 2; Antônio Augusto Caixeta, Gerente do Contrato do Consórcio: Barbosa Melo, Fidens, Aterpa - lote 3; Edgard Santos Filho, Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Montes Claros; Athos Mameluque, Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Carlos Pimenta e Doutor Viana, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2009.

Gustavo Valadares, Presidente - Lafayette de Andrada - Ivair Nogueira.

Ata da 20ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 10/9/2009

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Chico Uejo, Padre João e Délio Malheiros (substituindo o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente,

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.657/2009 (Deputado Sebastião Costa); 3.655 e 3.660/2009 (Deputado Delvito Alves); 3.659/2009 (Deputado Gilberto Abramo); 2.741/2008 (Deputado Padre João); 3.658/2009 (Deputado Chico Uejo) e 3.654/2009 (Deputado Ronaldo Magalhães). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, no 1º turno, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.866/2008 com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Délio Malheiros, em virtude de redistribuição); e 3.157/2009 (relator: Deputado Chico Uejo, em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.501/2009, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de prorrogação de prazo regimental solicitada pelo relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Submetido a discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 3.522/2009 (relator: Deputado Padre João, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 3.619/2009 é retirado da pauta, atendendo a requerimento do Deputado Chico Uejo, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.911/2007 e 3.606/2009 (relator: Deputado Chico Uejo, o primeiro em virtude de redistribuição); 3.400/2009 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.620/2009 na forma do Substitutivo nº 1 e 3.622/2009 (relator: Deputado Délio Malheiros, em virtude de redistribuição); e 3.623 e 3.626/2009 (relator: Deputado Padre João, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.625 e 3.604/2009; ao DER-MG o Projeto de Lei nº 3.624/2009 e ao autor e ao DER-MG o Projeto de Lei nº 3.608/2009. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja encaminhado ofício ao Governador do Estado e ao Vice-Governador do Estado, solicitando atenção quanto às reivindicações apresentadas pela Defensoria Pública do Estado, e seja formulada manifestação de apoio ao Conselho de Justiça Federal visando à instalação de uma Vara da Justiça Federal na Comarca de Itajubá; e Délio Malheiros em que solicita seja formulada manifestação de pesar aos familiares do Desembargador Edelberto Lellis Santiago, em razão do seu falecimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada às 20h15min, do dia 1º/9/2009, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Padre João - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa.

Ata da 17ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 1º/9/2009

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Juarez Távora, Lafayette de Andrada, Ademir Lucas (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD) e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Inácio Franco, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: dos Srs. Wilson Dornelas Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Monte Carmelo; Aluísio Guimarães Ferreira, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da Agência Nacional de Águas - ANA (substituto); Helinton José Rocha, Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (substituto); Júlio César de Araújo Nogueira, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional (substituto); Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Rodolfo Guimarães Filho, Superintendente de Apoio à Infraestrutura Municipal da Secretaria de Transportes e Obras Públicas (2) (27/8/2009); e Leonardo Vinhas Ciacci, Presidente da Câmara Municipal de Varginha (28/8/2009). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.255/2009 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Inácio Franco - Ademir Lucas.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 1º/9/2009

Às 20h20min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Padre João, Ronaldo Magalhães e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Fahim Sawan, Carlos Mosconi e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e, a seguir, suspende a reunião para que possa ser reaberta a Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Nomes dos Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier para os Cargos de Diretor da Arsae-MG. Reabertos os trabalhos, passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Nos termos do art. 136, § 3º, do Regimento Interno, o relator, Deputado Sebastião Costa, requer seja distribuído o avulso do parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.619/2009, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 2/9/2009, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Chico Uejo - Padre João - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/9/2009

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Prosseguimento da discussão, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.168, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci, nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/1994. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219, que institui a Política Estadual do Livro. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.230, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Minas e Energia perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 9/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública com convidados, denúncias de práticas violadoras de direitos humanos contra alunos da Escola Cristã Verbo Vivo, vinculada à Igreja Ministério Verbo Vivo, localizada na zona rural de São Joaquim de Bicas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 9/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:b

No 2º turno: Projeto de Lei nº 568/2007, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.486/2009, da Comissão de Turismo; 4.499/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.506/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 9/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública, a situação atual e futura da matriz energética de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 9/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada (parecer sobre o Substitutivo nº 1, apresentado em Plenário); 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.255/2009, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta (parecer sobre emenda e substitutivo apresentados em Plenário); 359/2007, do Deputado Durval Ângelo; 413/2007, da Deputada Ana Maria Resende; e 748/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 9/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.505/2009, do Deputado Doutor Viana, e 4.509/2009, do Deputado Weliton Prado.

Finalidade: debater, em audiência pública, sobre o interesse das Companhias Aéreas Air Minas, Azul, Gol, Ocean Air e TAM em implementarem voos ligando Belo Horizonte a Montes Claros e Montes Claros a outras cidades e capitais brasileiras, bem como avaliar a possibilidade de as mencionadas empresas oferecerem um valor de tarifa, a ser cobrado no trecho Belo Horizonte/Montes Claros, menor que o atualmente aplicado pela Trip Linhas Aéreas S.A.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 9/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 9/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.351/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.382/2009, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.327/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.343/2009, do Deputado José Henrique; 3.491/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.492/2009, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.494/2009, da Deputada Rosângela Reis; 3.496/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.498/2009, do Deputado Zezé Perrella; 3.532/2009, do Deputado Doutor Rinaldo; 3.541/2009, do Deputado Djalma Diniz; e 3.543/2009, do Deputado Carlos Gomes.

Requerimentos nºs 4.508/2009, do Deputado Doutor Viana; e 4.510/2009, do Deputado Weliton Prado.

Finalidade: discutir a situação dos contratados da Fhemig.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 9/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.525/2009, do Deputado Paulo Guedes, e 3.539/2009, da Deputada Cecília Ferramenta.

Requerimento nº 4.501/2009, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 9/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.668/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; e 3.562/2009, do Deputado Padre João.

Requerimentos nºs 4.479 e 4.480/2009, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 9/9/2009, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito, do Sr. Antônio Maurício Fortini e do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 19.168, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 19.219, que institui a Política Estadual do Livro; e 19.230, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010; e dos Projetos de Lei nºs 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública; 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica; 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas e dá outras providências; e 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci, nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de setembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2009, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública com a presença de convidados, o resultado do julgamento do Processo nº 013408093946-2, referente a crime de homicídio, ocorrido em 11/12/2007, no Município de Pingo d'Água, em que figura como vítima o Sr. João Alves Calazans; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.539/2009

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da Deputada Cecília Ferramenta, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Corporação Musical Nossa Senhora do Bom Despacho, com sede no Município de Bom Despacho.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.539/2009 pretende declarar de utilidade pública a Corporação Musical Nossa Senhora do Bom Despacho, com sede no Município de Bom Despacho, que possui como finalidade a disseminação da arte musical.

Na consecução de seus objetivos, a entidade entretém a população em geral por meio de apresentações públicas e participa de eventos cívicos e culturais; firma convênios com órgãos públicos e privados para subsidiar suas iniciativas.

Dessa maneira, a instituição coopera para o aprimoramento cultural da comunidade.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade retificar o nome da entidade, de

acordo com o constante no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.539/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2009.

Juninho Araújo, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.519/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.519/2009, de autoria do Deputado Ronaldo Magalhães, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Itabira – Consep Central –, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.519/2009

Declara de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep Central –, com sede no Município de Itabira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep Central –, com sede no Município de Itabira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2009.

Dimas Fabiano, Presidente - Ademir Lucas, relator - Ronaldo Magalhães.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 1º/9/2009

O Deputado Jayro Lessa* - Sr. Presidente, membros da Mesa, pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, meus amigos Deputados, venho esta tarde à tribuna para ler um artigo muito bem escrito por um brasileiro que não nasceu no Brasil - nasceu na Itália -, mas que tem demonstrado, durante sua vida e durante os anos em que vive no Brasil, ser muito mais brasileiro que muitos que aqui nasceram. Essa pessoa é Vittorio Mediolì, que conheço pouco. Entretanto, cada vez que leio sua coluna e seus artigos, mais o admiro, por sua clarividência e inteligência em ver as coisas do lado pelo qual devem ser vistas por todo o empresariado e por todo o povo mineiro.

Passarei a ler o artigo publicado hoje, 1º de setembro, no jornal "O Tempo", cujo título é "O ambientalismo político de Minas":

"Ir para outros Estados. É essa a decisão tomada por 65% dos compradores das terras do Projeto Jaíba, leiloadas em 2005, como mostra a reportagem de Helenice Laguardia na edição do 'O Tempo' do último domingo.

Projeto nascido para ser a maior área irrigável do planeta, absorveu investimentos públicos da ordem de R\$1.000.000.000,00 - US\$500.000.000,00. Porém a burocracia fez com que os plantios, até hoje, não passassem de 20% do potencial inicial previsto. Milhões de toneladas de alimentos deixam assim de ser produzidas num momento de trágica escassez mundial.

O licenciamento ambiental chega a ser atrasado por mais de três anos. Dependem, enfim, do sinal verde e discricionário do Secretário José Carlos Carvalho. Aproximadamente 5.000ha de terra que gerariam mil empregos diretos estão sendo boicotados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente", comandada pelo Dr. José Carlos, "sem qualquer justificativa, usando até de truculência e pressões fascistas", como consta aqui no artigo do Vittorio Mediolì.

"Mesmo assim, estão sendo investidos R\$50.000.000,00, com carimbo do PAC, na ampliação da rede de canais. Para quê? Ninguém nunca conseguirá vencer as nove condicionantes ambientais despejadas sobre os produtores pela Secretaria de Meio Ambiente nem terá como enfrentar, a cada cinco anos, quando é renovada a licença, as dificuldades da renovação de licenciamento. O que pretende o Estado do Choque de Gestão é fazer do produtor um perdido num 'inferno de papéis', como define um 'homem simples do campo' de mudança para Goiás.

‘O Estado quando chega aqui’ - aliás, quando fala Estado, refere-se ao IEF, à Secretaria de Meio Ambiente - "é para multar, embargar, espalhar medo", declara um produtor com oito prestações atrasadas de um financiamento tomado no Banco do Brasil. 'Vou embora', completa.

Outro confessa: 'Aécio, nunca mais', e diz ter ouvido com estardalhaço uma entrevista ofensiva de Humberto Candeias Cavalcante, do IEF: 'Empresários do Jaíba são criminosos'. A entrevista foi gravada na rádio de Montes Claros e poderá render ainda muitas sarnas para coçar.

O projeto pode ser comparado a um prédio fabuloso de oito andares, cujo construtor, num delírio, barrou a possibilidade de uso de elevador nos seis andares.

O governo se apresenta na região com credibilidade em xeque depois que o financiamento do BDMG, o mesmo banco que é pródigo com honorários a ex-Presidentes, não saiu para nenhum produtor da Etapa II" - aliás, isso quer dizer que nenhum produtor conseguiu o financiamento do BDMG, segundo o Dr. Vittorio Medioli. Na verdade, isso é um absurdo. O Governador tem de tomar conhecimento disso. "Suas taxas são superiores às do mercado" - o que é uma verdade - "provavelmente por saber que ninguém conseguirá honrar as dívidas ficando de braços cruzados" - porque não consegue a licença ambiental. "O apoio da Emater e a manutenção da estrutura pela Ruralminas ficaram apenas no rol das intenções. A Ruralminas foi retirada do Jaíba imediatamente após o leilão e substituída pela Copasa, que, se não entende nada de agricultura e de manutenção de estradas, em compensação sabe cobrar contas de água como ninguém.

O Projeto Jaíba está entre as 30 prioridades do Governador Aécio Neves (imagine se não fosse!), mas os Secretários de Estado o ignoram. Uns identificam a solução dos males do Jaíba numa fábrica de sucos de frutas que estariam procurando com grande esforço, quando na realidade já há uma nova na região chamada Pomar Brasil. Porém está parada por falta de frutas em decorrência de licenciamento ambiental.

O Vice-Governador foi lá, em 14/2/2008, passou a mão na cabeça de uma criança, como mostra foto no 'site' oficial do projeto, mas os últimos dois anos foram marcados pelas perseguições ferinas e pelo sofrimento gerado a crianças de pais desempregados. A obsessão do Secretário é, indistintamente, apresentar diminuição do índice de desmatamento, como explica sua comunicação interna que chegou a público. Revela, ainda, que 'qualquer hesitação será fatal no ano que vem', ano eleitoral. Eleições e poder passam assim cal no projeto concebido para resgatar a vergonhosa miserabilidade da região mais pobre de Minas Gerais. As dificuldades inviabilizam as plantações dos produtores legais também por outra razão inconfessada: compensar o desmatamento ilegal que em Minas anda solto debaixo do nariz do governo do Estado. É justo ou vergonhoso?".

Esse texto é uma opinião de Vittorio Medioli, mas compartilho-a com ele. Infelizmente, vários empresários tentam chegar ao Estado de Minas Gerais, mas são expulsos por causa da grande demora da Secretaria de Meio Ambiente.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Deputado Jayro Lessa, esse tema preocupa todos nós. Sei da seriedade de V. Exa., pois sua história fala por si, não só como parlamentar, mas também como empresário dinâmico, que gera milhares de emprego. Com justa razão, V. Exa. traz a esta Casa esse tema preocupante, a fim de podermos discuti-lo. Da mesma forma, refiro-me ao ex-Deputado e grande empresário Vittorio Medioli, pessoa por quem temos um grande respeito. Trabalhamos exaustivamente com esse tema nesta Casa e aprovamos, há poucas semanas, um projeto de lei que avança em alguns aspectos, mas, seguramente, ainda deixa a desejar em função de limitações constitucionais. O Projeto de Lei nº 2.771 está sendo objeto de polêmica na Faeng.

Tive a oportunidade de demonstrar claramente, em uma reunião, que a Assembleia melhorou - e muito - o projeto dentro dos limites estabelecidos pela Constituição. E é nessa linha de raciocínio que gostaria de fazer uma ponderação. Li esse artigo pela manhã e fiquei refletindo sobre ele. Todos nós, produtores rurais, ficamos indignados com a morosidade e a série de dificuldades encontradas. Não tenho dúvida de que foram elas que motivaram o jornalista e empresário Vittorio Medioli, que, naturalmente, é um líder político, a fazer essa crônica em tom de desabafo. No entanto, há uma ponderação que não foi feita no artigo e, como considero-a extremamente relevante, precisa ser registrada. V. Exa. sabe muito bem do que se trata; creio que o Deputado Vittorio Medioli também sabe. Vivemos aqui um paradoxo em relação à mata seca, à interpretação dada não pelo governo de Minas, de forma isolada, mas pelo governo federal, por normas federais que visam considerá-la como mata atlântica. Em razão desses aspectos, defendemos - e V. Exa. está entre os ardorosos defensores - a necessidade de uma revisão da lei federal, do Código Florestal Brasileiro. Muitas vezes, o governo do Estado fica engessado, amarrado, e ficamos diante de uma situação dessa natureza. Sei que o próprio Vittorio Medioli nutre respeito e admiração pelo Governador Aécio Neves e sabe que ele quer o desenvolvimento de Jaíba e de Minas. Ademais, sabe que o governo quer realizar isso em harmonia com o meio ambiente, e não engessando quem quer produzir, muito menos tratando o produtor como bandido e criminoso.

Por outro lado, há uma legislação federal, e não temos poder para mudá-la. Aí entra um aspecto muito vigoroso. Na realidade, hoje o servidor público não está a serviço do agente político - e penso que deve ser assim mesmo -, mas é escravo de uma legislação federal retrógrada e está sob ameaça permanente do Ministério Público. Ouvi de alguns servidores o seguinte: "Olha, ou o senhor age dessa maneira ou o Ministério Público vai processá-lo." Creio que, diante desse impasse, não temos outro caminho, senão pressionar o Congresso Federal. Há um debate entre o Carlos Minc e Reinhold Stefanos, dois Ministros do Presidente Lula que não conseguem se entender sobre a reforma do Código Florestal Brasileiro.

Enquanto isso, vivemos um paradoxo. Há um projeto importante implantado, mas ele não anda e, de repente, começam a atribuir a culpa ao governo do Estado. Todavia não se pode esquecer de que há uma lei federal travando, de maneira dura, o processo de utilização de terras, impedindo isso sob a alegação de que é mata atlântica, de que é isso ou aquilo. Parabênzulo V. Exa. pela abordagem. Quis apenas contribuir, para não ficar parecendo que é uma responsabilidade isolada.

O Deputado Jayro Lessa* - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. Devo dizer que infelizmente enxergo as coisas de forma um pouco diferente. Trabalhamos, por mais de dois meses, em um projeto de lei enviado pelo Governador. Realizamos muitas discussões, algumas até muito acaloradas; enfim, fizemos tudo o que foi possível considerando-se a legislação federal. Em nível estadual, está realmente uma barra. Acontece algo estranho em Minas Gerais: as leis votadas por esta Casa não estão sendo obedecidas por nenhum Secretário. Além disso, estão fazendo leis, usurpando o direito desta Casa por meio de resoluções e portarias. Sabemos disso, infelizmente. Temos uma preocupação: ao votarmos leis rapidamente, não as elaboramos para que já saiam regulamentadas desta Casa. O Dr. José Carlos está enviando "e-mails" - vi ontem no jornal e tive conhecimento disso há alguns meses -, em que coloca todos os seus gerentes - vamos dizer assim - para massacrar o produtor rural. O produtor rural já é massacrado pela natureza da sua operação, falta ou sobra de chuvas, doenças no gado, pragas na agricultura e tantas outras coisas que todos sabem que acontecem. Todo o tipo de produtor, principalmente o produtor rural do Brasil e até mesmo do mundo, é um pobre coitado que precisa trabalhar. Muitas vezes, ele é impedido - sabemos que é assim - pelo IEF. Há leis estaduais, mas, às vezes, exageram; são impedidos pela Secretaria de Meio Ambiente. O que peço é mais compreensão e que ajudem o produtor rural.

Não podemos admitir que, em Minas Gerais, quase todas as Secretarias legislem por decreto. Esta Casa não pode calar-se diante disso. São decretos do governo, assinados pelo Governador Aécio em razão da confiança que tem em seu secretariado. Alerto meus caros Deputados que devemos cobrar aos Secretários obediência a esta Casa, às leis aprovadas pelos representantes do povo mineiro. Peço ao Governador que se preocupe com o produtor, seja rural, seja qualquer outro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

Deputada Maria Tereza Lara* - Nossos cumprimentos a todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Registro que estivemos, de 27 a 30 de agosto, na I Conferência Nacional de Segurança Pública, em Brasília. Agradeço aos membros da nossa Comissão, na pessoa do seu Presidente, Deputado João Leite, a indicação para participarmos dessa conferência e à Mesa desta Casa, que referendou essa indicação. Essa foi a primeira

conferência de segurança pública em nosso país. A 1ª Conferência Nacional de Saúde aconteceu em 1941. Verificamos que a discussão sobre segurança e participação da sociedade civil só está se iniciando agora. Por muito tempo, a segurança no Brasil foi considerada apenas como a defesa da Soberania Nacional. Com os dados da violência, segundo os quais morrem, por ano, cerca de 40 mil pessoas vítimas de homicídio, percebemos que essa discussão é necessária e urgente. Portanto quero, de público, parabenizar o governo federal, o Presidente Lula, por essa iniciativa. Nesse governo já foram realizadas mais de 50 conferências, com a participação de mais de 5 milhões de pessoas, no País inteiro.

Da Conferência de Segurança Pública realizada agora, participaram quase 3 mil delegados, representantes da sociedade civil, dos órgãos públicos, dos trabalhadores. Na ocasião, pudemos acompanhar de perto discussões importantes para a construção de políticas públicas de segurança no nosso país. Também participaram a sociedade civil e várias entidades, por exemplo, a Pastoral Carcerária e os direitos humanos e as associações, além de representantes do governo do Estado, como o Secretário de Defesa Social, Dr. Maurício Campos, e equipe; o Dr. Genilson Zeferino; o Dr. Ronaldo Pedron; o Dr. Marco Antônio Monteiro, Chefe da Polícia Civil, entre outras autoridades da Secretaria Estadual de Defesa Social. Achamos importante Minas estar presente por meio de representantes dos órgãos máximos.

Além de vários Municípios terem realizado conferência na etapa municipal, incluindo Betim, Divinópolis e outras cidades, também foram realizadas conferências na etapa estadual. Historicamente o nosso Estado sempre foi linha de frente nos debates políticos que afetam todo o povo brasileiro. E estavam lá também, mostrando a grande importância da democracia, das reivindicações, o Presidente da Comissão dos Servidores de Carreira Administrativa da Polícia Civil, Francisco José Guimarães, e o Hélcio, conhecido como Chiquinho, representando o segmento dos funcionários da Polícia Civil de Minas. Sabemos como esses funcionários têm sofrido na pele os problemas relacionados aos salários, à falta de valorização.

Queremos dizer da importância do governo de Minas quanto à participação nas conferências. É preciso que haja avanços em relação aos Agentes Penitenciários, à ampliação das penitenciárias. O grave problema de falta de valorização dos funcionários da Polícia Civil deve ser resolvido. De maneira democrática, eles apresentaram suas reivindicações - e outros Estados fizeram o mesmo - dizendo que não foram contemplados com aumento salarial. Como funcionários administrativos de carreira, eles não foram incluídos na legislação. Quero dizer isso, de público. Ao mesmo tempo, valorizo e parabenizo a ação correta de Minas em estar presente nesse evento importantíssimo.

Sou professora aposentada e quero juntar-me aos meus colegas de profissão e de carreira, como funcionária estadual, para resolvermos esse problema urgentemente, de forma a avançar muito mais no Estado de Minas Gerais. Gostaríamos de registrar também que foram votados e eleitos, por meio de vários debates e trabalhos em grupo, os princípios das políticas públicas de segurança, definidos nessa conferência. Pudemos perceber que o princípio mais votado foi o de que a segurança seja uma política de Estado, ou seja, que permaneça. Mudam-se os governos, e a política permanece. Que a política de segurança seja uma política de Estado que proporcione autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional das instituições nos três âmbitos de governo.

Oficializou-se que segurança pública compete aos três níveis de governo. Aliás deverão ser destinados recursos para cada nível de governo, fortalecendo o Sistema Único de Segurança Pública - Susp -, à semelhança do SUS, com as competências da esfera de poder federal, estadual e municipal.

Foi referendado o Programa Nacional de Segurança com Cidadania - Pronasci -, criado no atual governo federal, além da importância dos Municípios que historicamente têm contribuído com as polícias cedendo gasolina, aluguel de prédio e funcionários por meio de convênios, o que não era reconhecido. Agora, cada ente federado terá sua competência e deverá ter recursos orçamentários próprios para a segurança.

Além disso, outro princípio considerado foi o de que a segurança deve ser pautada pela defesa da dignidade da pessoa humana, derrubando-se qualquer tipo de preconceito e enfatizando-se o respeito à vida e a todo cidadão brasileiro. A importância do Município foi referendada como gestor da área.

Foi também mencionado o princípio da reestruturação do sistema penitenciário, tornando-o mais humanizado, colocando-se em um dos itens a questão da Apac. Outro princípio foi o fortalecimento da família. Realmente, em todos os modelos que temos na nossa sociedade, a família tem que ser fortalecida, ter assistência de políticas públicas para garantir o direito a alimentação, moradia, educação, saúde, cultura e lazer, para que realmente tenhamos uma cultura de paz. Um dos princípios indicados foi o estabelecimento e o fortalecimento dos conselhos de segurança, não só o nacional e os estaduais, mas também os conselhos comunitários dos Municípios.

Outro princípio é a valorização do trabalhador da área de segurança. Foi debatida a questão da polícia penal, prisional, dos Agentes Penitenciários, como temos em Minas. Nesse aspecto Minas saiu na frente criando o cargo de Agente Penitenciário para tirar da responsabilidade da Polícia Civil e da Polícia Militar as penitenciárias e delegacias. Esse debate foi feito, embora com outra terminologia. Temos que fazer uma discussão a respeito de como Minas Gerais estará fortalecendo essa proposta em nível nacional. Muitos itens aprovados terão que ter um debate sobre sua aplicabilidade, sobre como será o processo. Temos que ter uma discussão permanente do Conselho Nacional de Segurança com a sociedade civil e o governo.

Esses foram os princípios gerais. Além disso, vimos que foram várias as diretrizes. Entre elas percebemos a questão dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps -, que deverão ser fortalecidos. Temos que estimular uma cultura de prevenção nas políticas públicas com a educação, a cultura, o esporte e o lazer. Temos que disputar e ganhar os jovens e as crianças contra o tráfico de drogas. É importante que tenhamos essa ação como política pública das três esferas de poder. Além disso, outra diretriz é a questão da desmilitarização das polícias, o que é bastante polêmico, mas que foi muito pautado e muito discutido. Creio que temos que aprofundar essa proposta em nível nacional com os segmentos da sociedade civil para que haja um processo verdadeiro de construção da cultura da paz, e não o contrário.

Uma outra diretriz aprovada foi a reestruturação do Conselho Nacional de Segurança, além da implementação, priorização de penas e medidas alternativas para que tenhamos condições de ressocializar os presos, a não ser aquele que tenha necessidade de permanecer numa penitenciária por determinado tempo. Em muitos crimes podem ser aplicadas penas alternativas, com acompanhamento multidisciplinar, objetivando a ressocialização. Fortalecer e utilizar unidades de inteligência policial também foi um ponto aprovado. Não se concebe, de forma alguma, que o poder policial desrespeite o ser humano. Então, é preciso que haja o uso da inteligência para combater o crime, além de uma gestão democrática. Uma outra diretriz diz respeito a manter a maioria penal em 18 anos. Não adianta diminuí-la, pois os criminosos passarão a usar crianças de 13, 12 ou 10 anos para cometer crimes, livrá-los das cadeias, das penitenciárias e das penas. Isso não soluciona. Temos de trabalhar com esses jovens e essas crianças por meio de políticas públicas.

Um outro princípio aprovado, que nos deixou muito felizes, trata do fortalecimento da Defensoria Pública. Há necessidade desse órgão para dar assessoria jurídica àqueles que não têm condições financeiras de fazê-lo por conta própria. Reafirmou-se também o Estatuto do Desarmamento como uma diretriz. Realmente, as armas só para quem delas precisa no exercício de sua profissão. Tendo em vista tudo isso, é importante que esta Casa, por meio de suas Comissões, como as de Segurança Pública e de Direitos Humanos, aprofunde as decisões da Conferência Nacional de Segurança, faça o encaminhamento e acompanhamento desse processo de mudança. É a primeira conferência nacional, mas é um momento histórico, pois haverá repercussões importantes. Teremos, com certeza, uma sociedade mais fraterna.

Sr. Presidente, tivemos uma notícia triste logo após a conferência. Referimo-nos ao homicídio do ex-Ministro José Guilherme Vilela, do TSE, assassinado na sua casa, juntamente com sua esposa e com sua empregada, em Brasília. Isso nos mostra como está a situação e como é

importante esse momento de desconstrução da violência e da construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária. Segurança não se faz mais só com a polícia. Segurança é competência, obrigação, direito e dever de toda a sociedade organizada. Quero, mais uma vez, cumprimentar a todos os que contribuíram nos níveis municipal, estadual ou nacional para a construção dessa conferência, que certamente dará muitos frutos para a nossa sociedade. É o povo organizado, a sociedade debatendo temas que dizem respeito a si mesma, sobretudo em relação a esse direito prioritário, essencial a todo o ser humano, que é o direito à vida.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente Deputado José Henrique, nobres colegas Deputadas, Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham das galerias e pela TV Assembleia, imprensa, funcionários da Casa, nos últimos seis anos, quero lembrar, ocupei esta tribuna uma dezena de vezes para falar de um assunto que preocupa os motoristas, a população de Belo Horizonte e também pessoas vindas do interior, que trafegam por esta Capital, ou seja, sobre a avalanche de multas aplicadas pela BHTRANS, sem critério legal algum, com apreensão desordenada de veículos e cobrando do proprietário o transporte do guincho, com valores superfaturados. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro - CTB -, o objetivo não seria o de apreender o veículo e, sim, de orientar o motorista. Quando venho a esta tribuna falar sobre a BHTRANS, não é porque sou contra ela, não se trata disso, sou contra a condição de a BHTRANS cobrar de forma ilegal, não amparada pela lei. Se a lei for corrigida, a cobrança passará a ter o efeito legal. Então não estamos aqui criticando a BHTRANS, mas a sua função ilegal de cobrança de multas, que, pela lei, não lhe cabe.

Como já foi demonstrado, o poder ilegal de multar da BHTRANS não pode ser por ela transferido, muito menos à Guarda Municipal, como se pretende, conforme veiculado na mídia e anunciado pelo Prefeito Márcio Lacerda, de que só faltam alguns ajustes entre a corporação e a BHTRANS. Mais um erro está por vir. A Guarda Municipal também terá o poder verbal do Prefeito para cobrar multas, para multar. O poder de polícia, o de fiscalizar o trânsito e o de aplicar multas, como já foi dito, está determinado pela Constituição Estadual no art. 142, I, "f", e cabe à Polícia Militar do Estado - PMMG. E ainda a Lei nº 6.624, de 18/6/65, que dispõe sobre a organização básica da PMMG, em seu art. 41, XX, criou especificamente o Pelotão de Polícia de Trânsito. O Estatuto da Guarda Municipal, a Lei Municipal nº 9.319, de 19/1/2007, determinou que suas atribuições seriam apenas a de zelar pelo patrimônio público municipal e auxiliar na orientação do trânsito; em seu art. 5º, VI, diz: "Atuar na fiscalização, no controle e na orientação do trânsito e do tráfego, por determinação expressa do Prefeito". O inciso XVI do mesmo artigo, que dava poderes à Guarda Municipal para aplicar multas, foi vetado pelo Prefeito, à época, Fernando Pimentel, com a alegação de que tal prerrogativa invade a competência da Polícia Militar estadual. Por força do disposto no § 5º do art. 144 da Constituição Federal, dos supracitados artigos da Constituição Estadual e da Lei nº 6.624, é de competência exclusiva da Polícia Militar o policiamento ostensivo de prevenção criminal, de segurança e de trânsito urbano e rodoviário, entre outros.

Por ocasião da promulgação da lei da Guarda Municipal, a Superintendência de Comunicação Institucional da Câmara Municipal de Belo Horizonte divulgou, no dia 17/7/2008, a seguinte notícia, a qual transcrevo na íntegra: "Fiscalização. Guardas municipais vão orientar o trânsito, sem poderes para multar. A Guarda Municipal de Belo Horizonte vai estar nas ruas, a partir de agosto de 2008," - portanto há um ano - "para ajudar na fiscalização do trânsito na Capital, mas não vai poder multar os motoristas. O estatuto sobre as atribuições dos Guardas foi aprovado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. Eles vão apenas orientar os motoristas. Em caso de infração, poderão acionar os Fiscais da BHTRANS ou a Polícia Militar para aplicar a multa.

A atuação ficará concentrada nos estacionamentos rotativos e também em áreas do Faixa Azul.

Atribuições: o Estatuto da Guarda Municipal foi publicado no Diário Oficial do Município, o 'DOM', em 20/1/2007. Surgiu com o Projeto de Lei nº 985/2006, de autoria do Executivo, aprovado pela Câmara Municipal, transformado depois na Proposição de Lei nº 350/2007, com as atribuições de apenas zelar pelo patrimônio público municipal.

Com 3 mil Guardas e 100 Inspetores, a Guarda Municipal ganhou poderes de atuar na fiscalização, no controle e na orientação do trânsito e do tráfego da cidade, 'por determinação expressa do Prefeito', conforme diz o § VI do art. 5º do Estatuto.

Na época da votação do projeto, houve debates calorosos entre os Vereadores, com elogios e críticas sobre a futura atuação dos Guardas Municipais no trânsito. O projeto foi aprovado, com a ressalva de que os Guardas não poderão multar os motoristas.

A BHTRANS conta 450 fiscais para controlar o trânsito da cidade. A partir de agosto, o quadro será reforçado pela Guarda Municipal, que vem sendo treinada para auxiliar nessa fiscalização".

Informações na Superintendência de Comunicação Institucional. Se persistir a vontade do Executivo Municipal de outorgar poderes de multar à Guarda Municipal, mais uma vez estaria descumprindo a legislação, colaborando com a ilegalidade e a inconstitucionalidade, levando sérios prejuízos ao cidadão, em prol da indústria da multa.

Sabemos que a OAB já se manifestou também pela inconstitucionalidade de a BHTRANS exercer o poder de polícia de trânsito. O correto seria a BHTRANS e a Guarda Municipal exercerem suas reais competências, atribuídas por seus estatutos, e deixarem a Polícia Militar, detentora da legítima competência constitucional, realizar o seu papel de policiamento ostensivo. O STJ, no julgamento do recurso especial impetrado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a BHTRANS, está esperando a "vista" aberta ao Ministro Herman Benjamin para concluir o julgamento, que já tem três votos a favor do Ministério Público.

Hoje, acredito que estamos colhendo frutos do dever constitucional, que é o de fiscalizar, pois o direito do cidadão deve ser respeitado.

E aqui, nesta Casa Legislativa, continuarei lutando contra as injustiças cometidas, que, na maioria das vezes, beneficiam poderosos e estão contra a população. Fica expressa, mais uma vez, minha indignação contra a situação da BHTRANS, que temos denunciado desde o meu primeiro mandato. Enquanto isso perdurar, continuaremos cobrando, pois essa é uma das nossas funções aqui nesta Casa.

Outro assunto sobre o qual quero falar - torço para que não seja verdade - refere-se a uma manchete do jornal "Estado de Minas" de hoje que diz: "O petróleo é do governo". Conhecendo a história e já tendo lido algo sobre a Petrobras, sei que quando esta foi criada para explorar o petróleo no Brasil, seu lema era: "O Petróleo é nosso". Mas a Petrobras cresceu, tornou-se pujante e chegou aonde chegou. Agora, com a descoberta de petróleo na camada do pré-sal, o espírito está mudando.

Não existe mais o sentimento de que o petróleo é nosso. Firma-se a imagem de que o petróleo é do governo. Vamos torcer para que o Executivo e o Legislativo Federais se entendam com os governos estaduais de todo o País, sabendo que nosso sentimento de Federação tem de prevalecer. Deve-se trabalhar em prol de todo o País, e não em função de uma estatal de interesse do próprio governo federal.

Prepararei pronunciamento relativo a um assunto vital ao ser humano, a questão ambiental no Estado de Minas Gerais. O meio ambiente e as questões ambientais são extremamente importantes e vitais ao ser humano. Para que tudo ocorra da melhor forma possível, essas questões têm de ser humanizadas. Recebi reclamação da administração municipal de Datas, uma pequena cidade incrustada no Alto Jequitinhonha,

próximo a Diamantina e a Gouveia. Seu povo vivia de garimpo há cerca de 13 anos. Todavia, o setor ambiental do Estado proibiu sumariamente o garimpo nessa localidade.

Em termos, estamos de acordo com a proibição do garimpo, pois a maneira antiga, artesanal e tradicional de garimpo, principalmente com utilização do mercúrio, realmente provoca riscos e poluição de rios e córregos do Estado. No entanto, aquele povo ficou sem trabalho, pois vivia do garimpo. De uma hora para outra, subitamente teve de parar suas atividades irreversivelmente. Há seis anos o governo de Datas começou a trabalhar a agricultura no Município, a qual se tornou pujante. Hoje todos os filhos de Datas trabalham no setor da agricultura. No entanto, há poucos dias a Polícia Florestal, de forma desumana, fechou várias roças de plantio, de produção rural. Como falei, a questão ambiental é vital ao ser humano, mas precisa ser humanizada. A Polícia Florestal multou todos os pequenos produtores rurais, com multas absurdas de cerca de R\$10.000,00. Esses produtores vendem cerca de R\$500,00, R\$800,00, R\$1.000,00 por mês.

Estudaremos esse tema com mais profundidade. Levaremos a Comissão de Agricultura até aquele Município a fim de discutir, "in loco", o assunto com as entidades ambientais, principalmente com as regionalizadas e com aqueles que promoveram as multas, que consideramos desumanas. Poderiam ter orientado os produtores e mostrado o caminho correto a ser seguido. Os produtores poderiam ter tido tempo para corrigir falhas cometidas. Todavia, chegaram multando e impedindo o trabalhador rural de produzir seu sustento.

Pretendemos resolver esse problema com o objetivo de que nosso Estado e aquela cidade continuem a produzir por meio do trabalho rural. A maioria absoluta daqueles produtores, para sua subsistência, não podem prescindir da agricultura familiar.

Para terminar meu pronunciamento de hoje, quero falar da felicidade de ter tomado conhecimento da notícia de que, quanto ao ensino superior, das 10 melhores universidades do País, quatro são mineiras, o que é muito bom. Da tribuna desta Assembleia queremos parabenizar a UFMG, a Ufla, de Lavras, a Universidade do Triângulo Mineiro e a Universidade Federal de Viçosa. Elas conseguiram ficar na lista das 10 melhores universidades do País.

Eram essas, Sr. Presidente e Deputados, as minhas considerações para a tarde de hoje. Voltarei posteriormente detalhando mais essa questão ambiental que está trazendo grandes prejuízos à população do Estado, ao nosso Estado como um todo e ao governo de Minas.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputado Doutor Viana, senhoras e senhores, de maneira muito especial, quero levar meus cumprimentos à população do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, que serão motivo do meu pronunciamento nesta tarde.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria relatar que a Comissão de Segurança Pública desta Casa está em Montes Claros neste momento, presidida pelo companheiro Deputado João Leite. Ela está debatendo a segurança pública no Norte de Minas. Infelizmente, não pudemos ir a Montes Claros, em virtude também de algumas reuniões que estamos tendo e ainda teremos hoje na Comissão de Saúde a respeito desse flagelo que está incomodando a todo o mundo, ao Brasil, que é a gripe suína. Já estamos desenvolvendo algumas ações para que Minas Gerais tome atitudes e apresente um programa de atendimento às pessoas, uma vez que o vírus da gripe suína está circulando livremente por todo o País, causando mortes em algumas faixas etárias e grupos de risco.

Minas Gerais não pode ficar à mercê dessa gripe. Infelizmente, não pude estar em Montes Claros, mas com certeza absoluta a Comissão e os membros desta Casa promoverão um debate muito importante sobre a segurança pública dessa cidade e dos Municípios norte-mineiros.

É interessante a gente chamar a atenção para essa questão, porque hoje, quando se fala em violência urbana, podemos considerá-la generalizada em todos os grandes centros, mas ela já está também presente nos pequenos Municípios. Estamos observando quadrilhas armadas, bem organizadas, assaltando bancos nos pequenos Municípios, como tem acontecido no Norte de Minas.

A violência já chegou à zona rural. É a violência no campo que está tirando a tranquilidade dos produtores rurais. Antigamente, o produtor do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri se preocupava apenas com a falta de água, com a seca, que aliás já assola a nossa região. Raramente a gente ouvia alguém falar na violência cometida contra as pequenas propriedades. Hoje, não. Os bandidos chegam às pequenas propriedades, fazem reféns e agridem o pequeno produtor rural, que não tem nenhum tipo de experiência na sua defesa pessoal ou na defesa de sua propriedade.

Aliás, hoje nem sequer se pode ter uma arma. Quando a Polícia Florestal ou, às vezes, até a própria Polícia Militar têm alguma ação no interior, na zona rural, a gente ouve notícia: "Foi encontrada arma na propriedade de fulano". Geralmente é uma espingarda velha que nem funciona mais. Nem isso a pessoa pode ter mais.

Queremos chamar a atenção para a importância desse debate, a fim de encontrarmos soluções que deem segurança ao trabalhador rural, ao homem do campo. É necessário que a Polícia Militar se prepare para isso, com bons carros, com bons veículos e com bons efetivos, para que ela possa ir até o campo dar segurança à nossa população.

Hoje também será discutida em Montes Claros a criação de mais um batalhão da Polícia Militar. No Norte de Minas, em quase 40% do território de Minas Gerais, existem basicamente dois batalhões de polícia: o de Montes Claros, que é um batalhão histórico, e o de Janaúba. Esses dois batalhões são responsáveis pelo patrulhamento ostensivo e pela segurança de mais de 80 cidades. Trata-se de uma grande área do território mineiro. Já passou do momento de se instalar, de se criar um batalhão de polícia em Janaúba, cidade que tem crescido muito e que tem como vizinha Jaíba, onde está sendo desenvolvido o Projeto Jaíba, uma cidade que já está preparada para ter o seu batalhão de polícia. Dessa forma, se for criado mais esse batalhão em Janaúba, o 10º Batalhão se encarregará apenas de dar segurança a Montes Claros e a suas cidades vizinhas.

É importante também salientarmos a necessidade de o Tribunal de Justiça instalar as comarcas que foram criadas, já que existem comarcas que foram criadas há mais de 20 anos e que ainda não saíram do papel, ou seja, não foram instaladas. O Tribunal de Justiça ainda não conseguiu os recursos necessários, bem como o efetivo necessário para isso. Gostaria de citar três comarcas que foram criadas e que não foram instaladas. A primeira delas é a Comarca de São João do Paraíso, que está praticamente a ponto de ser instalada, visto que a Prefeitura do Município já cumpriu o seu dever de casa instalando o fórum e construindo a cadeia pública e as casas do Juiz e do Promotor. Hoje, a Comarca de São João do Paraíso, que está ligada à de Rio Pardo de Minas, precisa ser urgentemente instalada. A segunda é a Comarca de Jaíba, um Município que, há pouco mais de seis anos, tinha 10 mil habitantes e que, hoje, já tem mais de 40 mil. Ela está ligada à Comarca de Manga, e o número de processos e feitos de Jaíba já ultrapassa os da "comarca-mãe", que é a Comarca de Manga. Por último, há também a Comarca de Mirabela, que foi criada, mas não foi instalada. Quando se fala em segurança, é preciso lembrar a necessidade de ter todo um aparato judicial, isto é, a presença de Promotores, de Juizes, de Delegados e da Polícia Civil para completar toda essa estrutura da segurança pública, que hoje não temos na nossa região.

Sem dúvida alguma, todos os crimes violentos que ocorrem em Montes Claros estão ligados ao narcotráfico. Todo o mundo sabe que a maioria dos jovens, as dezenas de jovens que estão morrendo assassinados em Montes Claros estão ligados ao narcotráfico. Assim, é necessário que se faça policiamento ostensivo e combate na base, na raiz desses crimes, e, para isso, a Polícia Federal tem de estar presente e aumentar o seu

efetivo. Ela tem de agir exatamente nos locais e nas cidades mais problemáticas, entre elas Montes Claros, para combater o narcotráfico e acabar com as mortes prematuras de jovens.

Por último, o tema a ser discutido é a segurança nas escolas. Hoje, nenhum pai tem tranquilidade de deixar os seus filhos, as suas filhas estudarem em escolas públicas ou particulares, principalmente no período noturno. É uma aventura, um risco, a jovem sair da sua casa, tendo de caminhar ou tomar um ônibus para ir à escola, e, ao chegar lá, infelizmente, não ter a segurança que deveria ter.

Montes Claros avançou em muitos aspectos. Hoje já existe o policiamento eletrônico no Centro, uma grande conquista das nossas autoridades e do nosso Governador Aécio Neves. Foi construída a penitenciária, a cadeia pública de Montes Claros, para mais de 500 presos, e foi feita a união efetiva entre as Polícias Militar e Civil. Embora insuficientes, também têm sido realizados concursos no 10º Batalhão para se formarem novos policiais.

A coisa mais importante que existe hoje é a formatura de um policial militar. Estamos até estudando um projeto de lei para que todo policial militar e civil tenham curso superior. É preciso que eles estejam mais preparados e em número suficiente para fazer a nossa segurança.

Deixo aqui os nossos comentários a respeito da audiência pública da Comissão de Saúde em Montes Claros. Vamo-nos inteirar das discussões que ali são feitas. Não abriremos mão de continuar, em nossa cobrança, em nossos pronunciamentos, apontando as falhas, as necessidades para que o norte-mineiro também tenha uma segurança pública de qualidade, um efetivo maior, e para que seja criado o batalhão da Polícia Militar na cidade de Janaúba.

Outro assunto, Presidente, que me traz aqui hoje, infelizmente também relacionado à nossa cidade, é o corte no orçamento da União das emendas de bancadas dos Deputados Federais e dos Senadores de Minas Gerais. O governo federal, com certeza por causa dessa crise, foi obrigado a retirar do Orçamento, a meter a tesoura no orçamento da União, cortando R\$283.000.000,00 para Minas Gerais. Até aí ficamos tristes, mas a notícia do jornal "Estado de Minas" do dia 17 deste mês nos mostra de onde foram cortados os orçamentos das bancadas dos Deputados Federais do Estado. Estamos aqui com os números dos cortes mais profundos, mais preocupantes, que incidiram, primeiro, no apoio a entidades de ensino superior das universidades não federais. Olhem bem, infelizmente a Uemg e a Unimontes, que tinham um orçamento previsto de R\$20.000.000,00, sofreram um corte de R\$18.000.000,00. Foram cortados 90% dos recursos do governo federal para ajudar a Unimontes e a Uemg, que são duas universidades importantíssimas. A Uemg está se firmando em um câmpus que já existe em todo o Estado, e a Unimontes é uma das melhores universidades gratuitas deste país, instalada em uma região que precisa de aperfeiçoamento do ensino superior para formação de uma mão de obra especializada de médicos, engenheiros, advogados, economistas, dentistas, professores. Mas esses recursos, que viriam em boa hora para ajudar a nossa Unimontes, foram cortados de maneira estranha, covarde, injusta, porque se refere a uma região das mais carentes do nosso Estado.

Outro corte foi feito em alguns trechos rodoviários de São João del-Rei a Lavras, na BR-381, e na BR-265. Elas tinham R\$56.000.000,00, e foram cortados 75% desses recursos. As nossas estradas federais já estão em péssimo estado. Para se fazer o recapeamento e a reconstrução da BR-135 - está aqui o Deputado Doutor Viana, que me acompanhou em uma viagem histórica, memorável, na semana passada -, estamos travando uma luta. A maior malha rodoviária federal do Brasil está em Minas. Mesmo assim, meteram a tesoura no orçamento dessas BRs. A promoção do turismo interno, R\$36.000.000,00. O turismo de Minas precisa competir com o do Rio de Janeiro, com o de São Paulo, com o do Nordeste. Entretanto, cortaram R\$75.000.000,00 para o incremento do turismo em Minas Gerais. Destinados a equipamentos para o abastecimento de água no semiárido mineiro, tínhamos R\$20.000.000,00, mas cortaram 100% dos recursos. O pessoal do Norte de Minas está morrendo de sede, e cortaram os recursos para levar água ao norte-mineiro, às pessoas que moram no Jequitinhonha e no Mucuri. Enfrentamos uma seca já há quatro meses; estamos sem água para beber, e os rios perenes estão secando. Esses recursos seriam para perfurar um poço artesiano ou construir uma pequena barragem, uma adutora, mas tivemos 100% de corte.

Agora, pasmem os senhores: também houve corte no programa de infraestrutura para o desenvolvimento de Montes Claros, pelo PAC. Ora, foi uma luta incluímos Montes Claros no PAC, para termos os mesmos recursos que estão vindo para Betim, Contagem, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia. Nesses Municípios não ocorreram cortes, mas nos R\$38.000.000,00 - orçamento de Montes Claros no PAC - que seriam aplicados em Montes Claros para se fazer rede de esgoto, saneamento básico e pavimentação na maioria dos bairros periféricos, houve 100% de corte. Ou seja, estou extremamente infeliz e insatisfeito neste momento. Deve haver uma tomada de posição séria por parte dos Deputados Federais votados no Norte de Minas - não só os que moram ali, porque nossos votos elegem poucos Deputados do Norte de Minas e muitos de outras regiões que ali pedem votos. Assim, é uma região que precisa urgentemente de uma mobilização dos Deputados Federais por Minas Gerais, para se evitar a injustiça desse corte que acomete de morte a cidade de Montes Claros e traz uma preocupação terrível aos norte-mineiros, pois não teremos recursos do governo federal para combater a seca e matar a sede dos norte-mineiros. Foram 100% de corte no Orçamento. É o Projeto Robin Hood ao contrário: estão tirando recursos de uma região pobre e carente e mantendo os recursos de outras regiões. Não quero que as outras regiões percam seus recursos - talvez o "lobby" e a luta do parlamentares dessas regiões estejam surtindo mais efeito -, mas não se pode cortar o dinheiro do povo do Norte de Minas, dinheiro que seria usado para fazer pequenas barragens e adutoras e para perfurar poços. Quem cortou não conhece a realidade da região, pois tirou o dinheiro da Unimontes, que é uma universidade de integração, que está abrindo câmpus nas cidades mais longínquas do Norte de Minas; tirou o dinheiro do turismo, que poderia melhorar a renda do nosso povo e do nosso Estado; tirou o dinheiro do semiárido e tirou o dinheiro de Montes Claros. Este é um dia de luto para nós, um dia triste. Mas vamos procurar convocar, de certa maneira, os Deputados Federais, esta Casa e o Governador Aécio Neves, para irmos ao Presidente Lula, que não deve estar sabendo o que está acontecendo, porque sempre defende os mais fracos e as regiões menos favorecidas. Não vamos permitir que se tire dinheiro de quem tem pouco, de quem ganhou pouco, de quem historicamente foi pouco favorecido por todos esses anos. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, público presente e telespectadores da TV Assembleia, venho hoje fazer uma especial homenagem ao aniversário de 98 anos de emancipação política da nossa querida Contagem. Peço licença para ler o artigo da jornalista Goretai Araújo, na revista "Cidade", que faz um resumo da história desse importante Município. (- Lê:)

"No dia 30 de agosto, Contagem comemora 98 anos de emancipação político-administrativa. Mas a história da cidade, localizada na zona metalúrgica de Minas Gerais, começou mesmo há 308 anos, com a instalação de um posto fiscal da Coroa portuguesa na região onde hoje é a sede da cidade. No local, também chamado de posto de registro e de contagem, o movimento de gente e mercadorias, cargas e tropas era intenso. Até que, por volta de 1701, um pequeno aglomerado de pessoas fixou pousada ao redor. Esse arraial não se expandiu como núcleo urbano e foi desativado em 1759. Mas, paralela e simultaneamente a ele, existiu, a poucos metros dali, a povoação de São Gonçalo da Contagem das Abóboras, surgida em torno da capela com invocação daquele santo. O primeiro nome do povoado explica-se pela devoção à imagem, trazida pelos bandeirantes, do santo português protetor dos viajantes; 'Contagem' porque a capela ficava próxima ao posto de registro; e 'das Abóboras' em razão de um ribeirão local assim apelidado.

O pequeno povoado da Contagem das Abóboras pertenceu à Comarca de Sabará até 1901, quando foi incorporado ao Município de Santa Quitéria, atual Esmeraldas, e, finalmente, emancipou-se em 30/8/1911, tornando-se o Município de Contagem. Entretanto, em 1938, perdeu sua autonomia, passando à condição de distrito de Betim, assim permanecendo por 10 anos. Mas, pela Lei nº 336, de 27/12/48, Contagem retoma definitivamente sua condição de Município emancipado, ficando seu território constituído da sede municipal. Nesses quase 100 anos de emancipação, Contagem teve 21 Prefeitos, alguns deles eleitos para mais de um mandato e outros que saíram antes do prazo, passando o cargo para o Vice. Marília Campos, primeira mulher a ocupar o posto, cumpre seu segundo mandato, eleita para até dezembro de 2012.

Mesmo que nunca tenha sido um produtor por excelência de abóboras, o Município de Contagem conseguiu conciliar as funções agropastoril e

comercial durante os séculos XVIII e XIX, até que, em meados do século XX, muda seu perfil econômico para cidade industrial, ao passar a constar em estudos oficiais referentes à siderurgia em Minas Gerais com a implantação do Parque Industrial. Localizado entre Belo Horizonte e a sede de Contagem, o Parque Industrial, que, em 1941, passou a se chamar Cidade Industrial Juventino Dias, em homenagem ao pai da moderna industrialização de Minas Gerais, tem o formato de um hexágono, traçado inspirado no Distrito Industrial de Camberra, na Austrália. Em 1955, já existiam 45 empresas instaladas no local, considerado, então, o maior núcleo industrial de Minas Gerais. Hoje Contagem possui seis distritos industriais. (...) Existem ainda outros distritos que surgiram espontaneamente e são administrados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. (...)

Atualmente, Contagem possui cerca de 3 mil indústrias - incluindo-se as 1.900 fábricas instaladas dentro dos distritos industriais -, 16 mil estabelecimentos comerciais e 11 mil de serviços. O comércio, com importantes centros de compra como Ceasa - segunda maior central de abastecimento do País -, Makro, Carrefour, Big Shopping e Itaú Power Center, é o maior gerador de emprego. Mas a indústria ocupa o primeiro lugar em arrecadação de impostos, impulsionando o desenvolvimento dos setores comercial e de serviços.

Integrada aos Municípios que formam a Região Metropolitana de Belo Horizonte, Contagem está localizada a 21km do Centro da Capital mineira."

Nesta oportunidade, com esse pequeno relato da história da nossa querida Contagem, quero fazer uma homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras, a todo o povo dessa região que, durante esses 308 anos de muito trabalho e dedicação, construíram uma cidade, um povo, uma geração. Fica, portanto, a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras, ao nosso querido povo, aos nossos amigos de Contagem.

Faço também uma homenagem especial à Prefeita Marília Campos, que vem conduzindo o Município com muita firmeza, um comportamento ético exemplar e uma visão desenvolvimentista sobre Contagem. Na pessoa da Prefeita Marília Campos, parabeno a todos que ajudaram a construir Contagem: empresários, comerciantes, trabalhadores e trabalhadoras, juventude. O nosso registro de feliz aniversário à nossa querida Contagem.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, venho a esta tribuna, nesta tarde, para tecer alguns comentários sobre o plano de metas e resultados apresentado pelo Prefeito Márcio Lacerda para Belo Horizonte com dois objetivos: concretizar 40 projetos até 2012, tirando-os do papel e fazendo com que se tornem realidade, e estipular metas a serem cumpridas pela cidade de Belo Horizonte e pelos seus governantes até 2030.

Na minha opinião, o primeiro ponto a ser comentado é que o Prefeito de Belo Horizonte demonstra ter uma visão singular sobre o que é e o que deve ser hoje a administração pública principalmente de uma cidade, de uma metrópole como Belo Horizonte. Não há hoje como administrar uma grande cidade do mundo sem planejamento a longo prazo.

Sr. Presidente, gostaria de abrir aqui um parêntese para parabenizar a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Hoje, pela manhã, participei, com a Fundação Dom Cabral, de um seminário sobre a logística da nossa metrópole, da RMBH. Todos os três palestrantes consideraram o planejamento urbano como principal foco e objetivo de suas palestras. Aliás, o planejamento passou a ser a principal ferramenta para os gestores públicos atuais, bem como para os que pretendem administrar grandes cidades. O Prefeito Márcio Lacerda tem sensibilidade e já reconheceu ser esse um instrumento que precisa ser utilizado para retirarmos Belo Horizonte do marasmo em que se encontra e o elevarmos a uma posição de vanguarda nacional e até mundial.

Na semana passada, o Prefeito Márcio Lacerda apresentou um plano de metas, com 40 projetos prioritários a serem implementados até 2012, com gerentes para cada um deles e com uma coordenadora-geral do programa. Enfim, lança mão do exemplo do choque de gestão implementado pelo Governador Aécio Neves em 2003, durante seu primeiro mandato, e que hoje serve de referência para as grandes cidades, para os grandes Estados, enfim, para todo o mundo. O Prefeito Márcio Lacerda deixou de lado o superaparelhamento e a ideia de uma Prefeitura inerte, herança maldita deixada pelo ex-Prefeito Fernando Pimentel, e pôs a mão na massa. Por isso, gostaria de parabenizá-lo.

São inúmeros os pontos positivos. Considero que apenas alguns - esta é a opinião deste parlamentar - devem ser trabalhados e aprimorados para que, em 2012, tenhamos uma cidade melhor para se viver. Além do planejamento já claramente exposto pelo novo Prefeito, citam-se, como pontos positivos, a integração metropolitana e a visão do novo gestor público de Belo Horizonte. Não há como falar no desenvolvimento de Belo Horizonte sem pensar no desenvolvimento de toda a região metropolitana.

Belo Horizonte tem, aproximadamente, 2.500.000 habitantes, e a região metropolitana chega a quase 5 milhões. Não há como se pensar em desenvolver Belo Horizonte sem desenvolvermos também as outras 33 cidades da RMBH. Esse é um ponto positivo, inclusive com disponibilização de recursos. A Prefeitura de Belo Horizonte disponibilizará cerca de R\$2.500.000,00 para elaboração de projetos, visando à melhoria de infraestrutura e ao desenvolvimento da RMBH. Porém, mais que isso, ela propõe a desburocratização, uma maior agilidade e um melhor atendimento nos serviços da Prefeitura para o cidadão belo-horizontino - seja ele um cidadão pessoa física comum ou esteja representando uma pessoa jurídica, uma empresa.

Hoje, nesta cidade, há uma herança da má gestão da Prefeitura. Qualquer solicitação que antes se fazia demorava vários meses para ser atendida. Todavia o Prefeito, de forma clara, vem estipular, como um dos 40 projetos a ser implementado até 2012, a desburocratização, uma maior agilidade e um melhor atendimento ao cidadão belo-horizontino.

Como tenho mais 9min20s, aproximadamente, de pronunciamento na tarde de hoje, gostaria de me ater a alguns defeitos e pontos negativos que encontrei nesse plano de metas. O Prefeito Márcio Lacerda sabe que as críticas que faço hoje, da tribuna desta Casa, não são de quem faz oposição. Muito pelo contrário, reconheço a liderança dada ao Prefeito pela população de Belo Horizonte para que ele possa fazer o melhor possível e transformar nossa cidade em um lugar melhor para se viver. Assim, os pontos abordados por mim aqui não são para serem criticados e jogados aos quatro cantos de Belo Horizonte apenas como críticas ao plano de metas; na verdade, são sugestões para que possamos aprimorá-lo.

O Prefeito Márcio Lacerda disse que a sua prioridade, na área de educação, era a construção de 100 novas Unidades Municipais de Educação Infantil - Umeis -, já existentes nesta cidade. Trata-se de um grande projeto, que, aliás, estava na proposta de governo do candidato Márcio Lacerda, com quem disputei a eleição. No entanto ele deixa de lado aquilo que entendo ser a prioridade da educação: escola em tempo integral. Em Belo Horizonte, existe um programa da gestão passada com o nome de Escola Integrada, mas que não é a escola integral, nem proporciona os mesmos benefícios dela, apenas é similar. Ele toca no assunto do plano de metas, "en passant", e diz que quer ampliar o número de alunos que irão participar do programa da escola integrada. Precisávamos colocar isso como principal meta na área de educação em Belo Horizonte e universalizar o acesso à escola integral nesta cidade. O aluno precisa ter o direito de ir à escola de manhã e sair somente no final da tarde, com aulas curriculares, pela manhã, e extracurriculares, na parte da tarde, definidas numa grande reunião conjunta, com a participação dos professores e Diretores de cada escola, com os pais dos alunos, e até mesmo dos alunos. Essa deveria ser uma prioridade na área de educação em Belo Horizonte, mas, pelo visto, foi deixada em segundo plano. No entanto é um ponto que pode ser aprimorado pelo

Prefeito Márcio Lacerda no seu plano de metas.

A área da mobilidade urbana já está recebendo maior aporte de recursos. E é bom que se diga que são R\$7.500.000.000,00 de recursos previstos para aplicação nesses 40 projetos que têm de ficar prontos até 2012. Dessa quantia, 31% virão dos cofres da Prefeitura, 31% de empréstimos, 10% do governo do Estado, 18% do governo federal e 8% de PPP - parceria com a iniciativa privada. No entanto, a área que recebe maior aporte de recursos é a da mobilidade urbana. Aí o Prefeito apresenta, como prioridade, um programa criado na gestão passada com o nome de Corta Caminho. Entende-se que esse projeto seja para, na verdade, tirar o tráfego do Centro da Capital. Há um grande número de veículos que hoje passam pelo Centro de Belo Horizonte para se deslocarem para outra região da nossa cidade.

O programa Corta Caminho pretende fazer com que os carros que vão, por exemplo, da região Sul para a Norte, não tenham de passar pelo Centro da cidade, diminuindo, assim, o congestionamento da região. Esse é o principal objetivo do Corta Caminho.

Esse programa é interessante? Sim. O Prefeito Márcio Lacerda também estipula como prioridade a construção de faixas exclusivas, nos principais corredores, para o transporte coletivo. E ainda estipula uma meta: para que, até 2030, 70% da população belo-horizontina esteja utilizando o transporte coletivo. Acho que essa é uma meta até muito audaciosa, se levarmos em consideração a atual qualidade do transporte coletivo oferecida à população desta cidade. Isso também é um ponto importante.

O Prefeito de Belo Horizonte, representante de uma população de mais de dois milhões e meio de habitantes, referência da região metropolitana de 5 milhões de habitantes - por que não, do Estado, por estar administrando a maior cidade do Estado -, não pode deixar de lado a questão do metrô, como fez na semana passada. Ele jogou a responsabilidade das obras do metrô para o governo federal, os Deputados Federais e Estaduais e os Vereadores, dizendo que precisam engajar-se, estar todos unidos em prol do metrô; e lavou as mãos. O Prefeito de Belo Horizonte tem mais força política do que todos os Deputados Federais e Estaduais e Vereadores para cobrar do governo federal a aplicação de recursos no metrô de Belo Horizonte. Quem tem legitimidade, conferida por uma população de 2.500.000 habitantes, para cobrar isso do governo federal é o Prefeito de Belo Horizonte. Ele precisa ter essa consciência, precisa ter consciência da importância do cargo que exerce, do número de pessoas que ele representa.

Então, faça uma crítica construtiva ao Prefeito Márcio Lacerda: que não use mais desse instrumento da desculpa de que isso é uma obrigação do governo federal. Não é. É obrigação do gestor público de Belo Horizonte, do Prefeito da nossa cidade, cobrar, reivindicar, 24 horas por dia, dinheiro para fazer o metrô de Belo Horizonte.

Na minha opinião, há um outro erro: em relação ao metrô, entre as prioridades, se vierem os recursos pela boa vontade do governo federal - com boa vontade não virá, pois não há boa vontade do governo federal, do Presidente Lula, para com Belo Horizonte, na questão do metrô -, está a Linha 3, que liga a Savassi à Pampulha, visando à Copa do Mundo. Escrevi um artigo, publicado no jornal "O Tempo", em que disse o seguinte: a Copa do Mundo tem de servir para deixar um legado às novas e futuras gerações belo-horizontinas. Esse precisa ser o principal objetivo do Prefeito de Belo Horizonte, visando à Copa de 2014, e não para receber turista. O turista tem de vir aqui e viver o que vivemos. É claro que temos de aproveitar a oportunidade da Copa de 2014 para trazer recursos e mais recursos para resolver inúmeros problemas, mas temos de olhar primeiro a prioridade da população que vive, mora e trabalha aqui. Por conta disso, neste momento, se tivéssemos de escolher entre a Linha 2, que liga a estação do Calafate, que já existe, ao Barreiro, e a Linha 3, que liga a Savassi à Pampulha, teríamos de ficar com a Linha 2. Essa é uma linha que já está toda planejada, com o projeto executivo pronto, e a grande maioria dos terrenos já estão desapropriados. Então, esse ponto precisa ser levado em consideração. A Linha 2 do metrô tem de ter prioridade sobre a Linha 3, que ainda não tem projeto pronto, que demanda um aporte financeiro maior, pois parte dela será subterrânea e não atenderá o número de pessoas que a Linha 2 vai atender.

O Barreiro é o maior Distrito de Belo Horizonte, é uma área importante. Imaginem quantas viagens de carro e de ônibus tiraríamos do trânsito diário de Belo Horizonte se a Linha 2, do Calafate ao Barreiro, já estivesse funcionando. Então, esse é mais um erro. O Prefeito precisa assumir a responsabilidade de ser o grande reivindicador do metrô. A Linha 2 precisa ter prioridade sobre a Linha 3.

Um outro aspecto é que o Prefeito fala da segurança da cidade e estipula meta de redução de 39,4% do número de homicídios para cada 100 mil habitantes, o que já ocorre; 25% para cada 100 mil habitantes em 2015; e para 10% para cada 100 mil habitantes em 2030. Mas, quando estudamos o plano de metas para saber o que ele está fazendo para resolver o problema da segurança, percebemos que está ampliando o programa Olho Vivo, de câmeras de vigilância. O programa traz resultados, traz um sentimento de segurança maior para os cidadãos que transitam na região onde há instalação das câmeras, mas isso não resolve o problema.

Na campanha passada, disse que não há mais que falar em investimentos apenas em saúde, educação, infraestrutura, para resolver, em contrapartida, o problema da segurança. Hoje o Prefeito de uma grande cidade precisa assumir a responsabilidade de ser o coordenador, o grande gerente do programa de segurança pública da sua cidade. E o Prefeito Márcio Lacerda precisaria criar um gabinete conjunto, como fez o governo do Estado com as Polícias Civil e Militar, aportando recursos para um trabalho entre a Guarda Municipal, que precisa trabalhar subsidiariamente com as Polícias Civil e Militar. Por que não criarmos uma estrutura comum para atender a população de Belo Horizonte e resolver o problema da segurança? O Prefeito não pode usar apenas o programa Olho Vivo para solucionar tal problema. Não. Para que a segurança seja prioridade em Belo Horizonte, ele precisa assumir um papel de destaque na coordenação desse trabalho. Na minha opinião, esse também é um aspecto que precisa ser aprimorado. Existem outros, é claro.

É uma pena que só tive 15 minutos para falar. Retornarei à tribuna ainda esta semana para complementar os meus comentários a respeito do plano de metas. O mais importante é que a população de Belo Horizonte precisa ter consciência de que a Prefeitura está, sim, em boas mãos.

O Prefeito é um homem sério, de bem, capacitado, um empresário respeitado e bem-sucedido, imbuído de boas intenções. É preciso melhorar, aprimorar aquilo que vem sendo feito, mas muita coisa boa já foi feita. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, retomo a tribuna para fazer um registro importante. A semana passada foi de muitas atividades na festa de aniversário de Contagem, que começou com a Prefeita Marília Campos inaugurando a nova sede da Regional Industrial, um prédio novo na Rua Tiradentes. Houve atividades importantes no ginásio poliesportivo, com o jogo entre o Sada Cruzeiro e o Minas Tênis Clube, com grande participação da população de Contagem. Além disso, tivemos um importante passeio ciclístico na Avenida João César de Oliveira, que reuniu mais de 4 mil ciclistas pelas ruas da cidade, numa belíssima manhã de domingo.

Também houve duas inaugurações importantes. A Prefeita entregou à comunidade o Conjunto Habitacional Beatriz, com 64 unidades de apartamentos de dois e três quartos, dentro do programa Minha Casa, Minha Vida, um investimento direto da Prefeitura de Contagem em parceria com o governo do Presidente Lula que contou com uma ajuda especial da Ministra Dilma Rousseff. Contagem é a primeira cidade a fazer a entrega de unidades habitacionais dentro do Minha Casa, Minha Vida. Também entregou como presente de aniversário da cidade o túnel de integração que liga a região do Água Branca à região de Contagem, esperado há mais de 40 anos, e que vai reduzir o percurso de interligação entre os dois lados da BR-040 em 15km. É a obra de integração da cidade de Contagem.

A Prefeita também tem garantido investimentos para a revitalização da Avenida Alvarenga Peixoto, que está em pleno andamento, e a construção da pista de caminhada no começo dessa avenida. A Prefeita e sua equipe têm desempenhado um belíssimo trabalho.

Recentemente chegamos de uma audiência marcada pelos Deputados Durval Ângelo e Ademir Lucas, com a presença do Vice-Governador Antonio Anastasia, do nosso Procurador-Geral, Dr. Zulman Galdino, e da Prefeita Marília Campos. Fomos ao Vice-Governador pedir um reforço para agilizar o orçamento e iniciar a construção do fórum de Contagem. Contagem espera esse fórum há muito. Fizemos esse apelo ao Vice-Governador para que também intercedesse junto ao Desembargador Sérgio Resende e fortalecesse a importância da construção desse fórum para Contagem, segunda maior comarca do Estado, que tem um grande volume de processos e, aliás, uma grande arrecadação, especialmente nas Varas de Fazenda Pública, tanto a municipal quanto a estadual. Isso reforça o caixa do Estado, e é fundamental construirmos urgentemente esse fórum. Estivemos lá os três Deputados, Durval Ângelo, Ademir Lucas e Carlin Moura, com a nossa Prefeita, para fazer essa reivindicação. Mais uma vez quero parabenizar a Prefeita Marília Campos.

Nesse tempo que me resta, Presidente, quero fazer alusão a um fato que considero de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso país, para o desenvolvimento da nossa economia. Foi o lançamento do marco regulatório da camada do pré-sal feito ontem pelo nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Esse fato merece um registro e uma atenção especial por parte de toda a população de Minas Gerais e do Brasil. O pré-sal é "patrimônio da União, riqueza do Brasil e passaporte para o nosso futuro", disse o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nessa segunda-feira, ao encaminhar sua proposta para a megajazida petrolífera. Em um dia histórico, Lula não recorreu aos improvisos que costumam constar em suas declarações mais incisivas. Porém, o longo discurso lido e medido nem por isso foi menos politizado: de olho no petróleo, mas também na história.

"Não se pode ainda dizer com certeza quantos bilhões de barris o pré-sal acrescentará às reservas brasileiras. Mas já se pode dizer, com toda segurança, que ele colocará o Brasil entre os países com maiores reservas de petróleo do mundo", previu o Presidente. As estimativas sobre o tamanho do pré-sal variam muito, chegando a 70 bilhões e até 100 bilhões de barris. O governo, por enquanto, trabalha sobriamente com uma cifra de 50 bilhões de barris por ano.

Uma das passagens mais fortes marcou as diferenças com a administração de Fernando Henrique Cardoso. Sem citar nomes, Lula disse que em 1997, quando se estabeleceram as atuais regras petrolíferas, "o mundo vivia um contexto em que os adoradores do mercado estavam em alta e tudo que se referisse à presença do Estado na economia estava em baixa". Altas personalidades naqueles anos chegaram a dizer que a Petrobras era um dinossauro - mais precisamente, o último dinossauro a ser desmantelado no País. E, se não fosse a forte reação da sociedade, teriam até trocado o nome da empresa. Em vez de Petrobras, com a marca do Brasil no nome, a companhia passaria a ser a Petrobrax - sabe-se lá o que esse xis queria dizer nos planos de alguns exterminadores do futuro." São palavras do Presidente Lula, no seu discurso. "Foram tempos de pensamento subalterno. O País tinha deixado de acreditar em si mesmo. Na economia, campeava o desalento. O Brasil não conseguia crescer, sofria com altas taxas de juros, de desemprego e juros estratosféricos, apresentava dívida externa elevadíssima e praticamente não tinha reservas internacionais. Volta e meia quebrava, sendo obrigado a pedir ao FMI ajuda, que chegava sempre acompanhada de um monte de imposições. Além disso, não produzíamos o petróleo necessário para nosso consumo. Ferida, desestimulada e desorientada, a Petrobras vivia um momento muito difícil", continua dizendo o Presidente Lula. "Hoje vivemos um quadro inteiramente diferente". O Presidente destacou a crise global, em que "os países e os povos descobriram que, sem regulação e fiscalização do Estado, o deus-mercado é capaz de afundar o mundo num abrir e fechar de olhos". O Presidente valorizou "o papel do Estado como regulador e fiscalizador" e voltou a citar os feitos de seu governo na economia e, em especial, na Petrobras. "Em suma, os tempos e o ambiente no mundo são outros. A situação da economia brasileira é outra. O Brasil e o prestígio do Brasil são outros. A Petrobras é outra. E outra também é a situação do mercado de petróleo", resumiu Lula. Para o Presidente, e isto é o mais importante, a riqueza do pré-sal, "bem-explorada e bem-administrada, pode impulsionar grandes transformações no Brasil, consolidando a mudança de patamar de nossa economia e a melhoria das condições de vida de nosso povo. Mas o pré-sal também apresenta perigos e desafios", advertiu o Presidente e lembrou a sina de "países pobres que descobriram muito petróleo, mas continuaram pobres, pois o que era uma dádiva transformou-se numa verdadeira maldição". Para evitar esse risco, o Presidente determinou três diretrizes básicas, que orientam projetos de lei enviados ao Congresso Nacional. "Primeira: o petróleo e o gás pertencem a todo o povo brasileiro". Portanto, "a maior parte da renda gerada" permanecerá nas mãos do povo. "A segunda diretriz é de que o Brasil não vai se transformar num mero exportador de óleo cru". Exportará gasolina, óleo "diesel" e produtos petroquímicos, "que valem muito mais", geram empregos e "uma poderosa indústria fornecedora dos equipamentos e serviços". Vale lembrar que, em Minas Gerais, o mesmo acontece com o nosso minério. Muitas vezes, ele é exportado na forma bruta. Sem a sua transformação industrial, acabamos perdendo dinheiro; Minas acaba perdendo divisa, porque o minério de Minas é exportada na forma "in natura" para o mercado internacional. "A terceira diretriz: não vamos nos deslumbrar e sair por aí como novos ricos, torrando dinheiro em bobagens. O pré-sal é um passaporte para o futuro. Sua principal destinação deve ser a educação das novas gerações, a cultura, o meio ambiente, o combate à pobreza e uma aposta no conhecimento científico e tecnológico, por meio da inovação. Vamos investir seus recursos naquilo que temos de mais precioso e promissor: nossos filhos, nossos netos, nosso futuro".

Com esses objetivos, Lula defendeu a mudança do marco regulatório para o pré-sal. "Seria um grave erro manter na área do pré-sal, de baixíssimo risco e grande rentabilidade, o modelo de concessões, apropriado apenas para blocos de grande risco exploratório e baixa rentabilidade", afirmou o Presidente. E justificou assim a adoção do sistema de partilha, em que "a União continuará dona da maior parte do petróleo e do gás". Segundo Lula, o modelo de partilha permitirá ao Estado controlar o processo de produção e calibrar seu ritmo "de acordo com os interesses nacionais, sem se subordinar às exigências do mercado". Também, em seu discurso, rendeu várias homenagens aos lutadores pelo petróleo no passado, "chamados de fanáticos e maníacos, de lunáticos", como o nosso saudoso escritor do Sítio do Pica-Pau Amarelo, o grande lutador pela campanha "O petróleo é nosso", em 1950, Monteiro Lobato. E também rendeu homenagem aos "que saíram às ruas em todo o País, na campanha 'O petróleo é nosso', uma batalha travada em condições duríssimas. Basta ler os jornais da época, alguns em circulação até hoje, que ridicularizavam a campanha nacionalista. E eu digo: bendito nacionalismo que permitiu que as riquezas da Nação permanecessem em nossas mãos", disse Lula, alfinetando a mídia de hoje, que ainda insiste em querer liquidar as riquezas do nosso subsolo, as riquezas do nosso país.

Continuou o Presidente, em seu pronunciamento: "Rendo homenagem muito especial, por fim, a todos os que defenderam a Petrobras quando a empresa passou a ser tratada como uma herança maldita do período jurássico. Benditos amigos e companheiros do dinossauro, que sobreviveu à extinção, deu a volta por cima, mostrou o seu valor e descobriu o pré-sal - patrimônio da União, riqueza do Brasil e passaporte para o nosso futuro. Olho para trás e vejo que há algo em comum em todos esses momentos, algo que unifica e dá sentido a essa caminhada, algo que nos trouxe até aqui e ao dia de hoje: é, sinceramente, a capacidade do povo brasileiro de acreditar em si mesmo e no nosso país. Foi em meio à descrença de tantos que querem falar em seu nome - o povo -, principalmente ao povo devemos este momento atual. É como se houvesse uma mão invisível - não a do mercado, da qual já falaram tanto, mas outra, bem mais sábia e permanente, a mão do povo -, tecendo nosso destino e construindo nosso futuro".

Sábias palavras do Presidente Lula ao fazer o lançamento do marco regulatório do pré-sal. Talvez seja um dos momentos mais importantes da história contemporânea do Brasil. Com certeza, essa riqueza, construída pelo povo brasileiro, que é a Petrobras, e essa descoberta de tantas dádivas, que é o pré-sal, sem dúvida alguma, ajudará no crescimento e no desenvolvimento do País, ajudará a melhorar os indicadores de renda, de produção tecnológica, de educação e, especialmente, os indicadores da saúde do nosso povo. Parabéns ao Presidente Lula.

Neste momento, faço um apelo muito especial ao Congresso Nacional, à Bancada de Oposição do PSDB e do Democratas, para que siga o exemplo da Bancada de Oposição de Minas Gerais, composta pelo PT e pelo PCdoB. Isso porque aqui, na Assembleia de Minas, a tudo o que é de interesse do povo de Minas Gerais e do nosso Estado não fazemos oposição. Espero que a Bancada do PSDB e do Democratas não venha fazer, mais uma vez, oposição ao povo brasileiro, oposição ao futuro do Brasil. Fica o nosso apelo. Estaremos de olho, para que isso não aconteça em Brasília. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente José Henrique, Deputados, Deputadas, telespectadores; este instante e essa fala me possibilitam demonstrar meu contentamento com o Governador Aécio Neves pela decisão de honrar o compromisso assumido no ano passado de, neste exercício de 2009, outorgar recursos para que as Associações Microrregionais de Municípios possam equipar-se, reorganizar-se para um aproveitamento melhor dos recursos públicos destinados tanto pelo governo estadual quanto pelo governo federal. Justifico esta homenagem, este agradecimento ao Governador Aécio Neves mostrando que, em toda a Minas Gerais - e quiçá em todo o Brasil -, milhões e milhões em recursos direcionados pelo governo federal, ou mesmo pelo governo do Estado, foram perdidos pelos Prefeitos do nosso país, em consequência das más condições financeiras das pequenas Prefeituras, impossibilitadas de manter um corpo técnico capaz de elaborar os projetos e suplantar as dificuldades da burocracia federal e estadual.

Hoje assistimos a um quadro muito triste. Nós, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais, e também os Senadores, com suas emendas aos Orçamentos federal e estadual, corremos o risco de não ver esses recursos aproveitados pelos Prefeitos, em consequência da falta de competência da administração municipal em elaborar os projetos dentro das minúcias da Lei nº 6.666, e sobretudo da Lei de Responsabilidade Fiscal ou mesmo do papelório burocrático que é exigido de cada Prefeito.

Lembro-me do tempo em que Baldonado Arthur Napoleão trabalhava na Supam em Minas Gerais, no governo Francelino Pereira, quando começávamos a estruturação das Associações Microrregionais de Municípios. Nessa oportunidade, enxergávamos que as Associações Microrregionais de Municípios seriam um instrumento que possibilitariam aos pequenos Municípios ter corpo técnico capaz e eficiente para elaborar projetos em busca de recursos extraorçamentários municipais e poder assessorar-se de maneira condizente para buscar recursos federais.

No início deste ano, aqui, desta tribuna, comentei o fato lamentável de que apenas os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri perderam cerca de R\$14.500.000,00 do PAC, por falta de projeto. Por falta de projeto, todos os Prefeitos de pequenas cidades estão em situação precária, difícil, sem conseguir alavancar esses recursos que lhes são destinados, seja por meio de programas especiais de governo ou habilitações que podem ser feitas em operações de crédito, como também por emendas parlamentares, que não são aproveitadas em consequência da falta de projetos. O Governador do Estado houve por bem determinar que houvesse uma pequena ajuda para que essas associações microrregionais pudessem se reorganizar.

Gostaria de antecipar o que deve acontecer nos próximos dias: o governo do Estado, atendendo a um apelo que fizemos pessoalmente, a indicações e discursos que fizemos no Plenário, deverá determinar a disponibilidade de recurso da ordem de R\$1.000.000,00 para cada associação microrregional do nosso Estado.

Nessa quarta-feira, teremos aqui a presença dos Prefeitos da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha, reunidos com o Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia, para reclamarem da falta de instrumentos para o desenvolvimento de projetos em nível municipal. Antecipo, então, uma decisão de governo, que colocará esses recursos à disposição das associações microrregionais: da Amaje, da Ameje, da Ambaj, da Amuc.

Essas associações receberão do governo do Estado uma ajuda financeira suficiente para contratar mais técnicos, elaborar e contratar projetos com o objetivo de não mais perderem recursos, como têm sido perdidos ao longo do tempo.

Agradeço ao Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia, que nos receberá, quando certamente essa notícia será clareada. Todavia nossa reunião tem também outros propósitos. O primeiro deles visa solicitar ao Vice-Governador atenção especial, com sua presença de governo, para criar, em Teófilo Otôni, a Supram, órgão da Secretaria do Meio Ambiente - Semad - para conceder licenças para projetos, para desmatamentos e ambientais de um modo geral. Não justifica mais alguém sair de Salto da Divisa, de Santo Antônio do Jacinto, ultrapassar todo o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri, para chegar ao Vale do Rio Doce a fim de requerer uma simples licença ambiental para desmatamento de 1ha para plantar feijão.

Outra providência importante que solicitaremos ao Vice-Governador, nessa reunião com os Prefeitos da Ameje, é que nos ajude a promover a unidade entre a Amaje, a Ameje, a Ambaj e a Amuc, associações microrregionais que unem o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri. Queremos que essas quatro unidades criem uma federação para fazer funcionar especialmente dois projetos. O primeiro deles é a Mesovales, um organismo federal, de cuja criação participei em 2004. Sua sede está estabelecida em Araçuaí, mas não funciona. Precisamos organizar-nos para aproveitar esse organismo federal, que não é apenas do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, no Estado de Minas Gerais. Ele ultrapassa nossas fronteiras, vai aos Estados do Espírito Santo e da Bahia, na foz dos nossos rios.

Há outro instituto criado em 2005, de cuja criação também participei, no território do Mucuri. Recentemente foi criado um programa chamado Território do Jequitinhonha. Esses dois programas estão necessitando de amparo técnico, sobretudo de estímulos, para que possamos, por meio deles, obter os recursos necessários para que as nossas Prefeituras e os nossos Municípios evoluam.

A audiência com o Vice-Governador Anastasia, nesta quarta-feira, é importantíssima para as regiões do Mucuri e do Jequitinhonha, a fim de termos algumas substâncias a mais, além dos recursos financeiros que vamos solicitar, da ordem de R\$1.000.000,00, para cada associação microrregional reorganizar-se na busca de projetos e para salvar recursos que estão quase perdidos, como os do PAC do governo federal, de cerca de R\$14.500.000,00. Perderemos esse recurso se não conseguirmos montar os projetos para as Prefeituras da nossa região.

Sr. Presidente, nessa reunião com o Vice-Governador, abordaremos um tema importantíssimo, o início da exploração, a partir de 2011, da megajazida de minério de ferro da região de Salinas, Grão-Mogol e Porteirinha. Mostraremos a ele a necessidade de aquela região ter a assessoria do governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, ou mesmo de outra Secretaria, para que tenhamos geólogos, que nos ajudarão a avaliar melhor as jazidas de estanho, de chumbo, de tório, de bário e de lítio, existentes naquela região, além das jazidas afloradas de calcário, de caulim e de granitos, já produzidos na região.

Precisamos aprofundar-nos nessa discussão. Parte importante foi feita em 1995, quando fui Secretário Adjunto de Estado de Recursos Minerais. Fizemos um mapeamento geológico, chamado Projeto Leste. Agora, é preciso minuciar, detalhar essas jazidas, para que possamos lutar com mais objetividade. O projeto do novo consórcio, que se chama Novo Horizonte, é formado pela Miba, Transminas, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional e Votorantim. São empresas enormes e até internacionais da área de mineração.

Essas empresas se propõem a construir naquela região uma ferrovia, que, conforme esperamos, não deve atender apenas àquela mina, já que várias outras poderão ser criadas de Jenipapo de Minas a Malacacheta, passando por Capelinha e Água Boa, subindo a região de Salto da Divisa, descendo até a região de Carlos Chagas e Nanuque, para termos a garantia do transporte de mercadorias pesadas que serão produzidas. Hoje vemo-nos diante do grave drama, já denunciado aqui por mim, várias vezes, de não podermos mais transportar o granito produzido em nossa região. O Estado já começou a colocar balanças nas estradas do Processo que não suportam o peso do granito a ser transportado em grandes carretas. É necessária uma luta mais intensa.

Na reunião com o Vice-Governador, caro Presidente, iremos expor a necessidade de o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, ajudar-nos na luta para que a implantação da ferrovia se dê paulatinamente ou imediatamente após o início da exploração dessa grande jazida de minério de ferro da região de Salinas, Grão Mogol e Porteirinha. Sr. Presidente, estamos convencidos de que outros aspectos poderão ser explorados a partir da estrada de ferro. Temos convicção de que a redenção do Mucuri e do Jequitinhonha está na exploração mineral, e não apenas naquela imagem bonita que se fez da cidade de Teófilo Otôni, capital mundial das pedras preciosas. Realmente há lá 1.722 lapidações e um comércio abundante de gemas preciosas. A tradição da nossa lapidação foi herdada da colonização alemã. É importante, sim, o setor de pedras preciosas; estamos assentados sobre a maior província pegmatítica da América. Mais importante que isso são os minérios pesados que poderão ser ainda buscados e minerados na região. A reunião que faremos com os Prefeitos do Médio Jequitinhonha terá vários objetivos, entre os quais citamos alguns específicos: criação da Supram para não precisarmos viajar tanto a fim de conseguirmos as licenças ambientais; transferência da sede da Ruralminas de Governador Valadares para Teófilo Otôni para atender melhor os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Não há razão para a Ruralminas, cujos projetos estão voltados para a construção de pequenas barragens e 95% dos seus serviços estão nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, estar sediada em Governador Valadares, enquanto em Teófilo Otôni há um prédio da própria Ruralminas, onde funciona outro órgão do governo.

Sr. Presidente, faremos esses apelos ao Vice-Governador para, ao invés de ficarmos mendigando pequenos recursos para ajudar essa ou aquela cidade, oferecermos certa independência àquela região, uma melhoria na condição de vida do seu povo, dando-lhes oportunidade de emprego. Só para se ter uma idéia - isso não foi ainda exposto de forma clara -, essa primeira mina viabilizará a criação de 3 mil empregos diretos imediatamente. Mas a grande jazida de minério de ferro, que, conforme cálculos, tem 12.000.000.000t, segundo os próprios geólogos e técnicos, poderá crescer até atingir cerca de 20.000.000.000t, transformando-se na segunda maior jazida de minério de ferro do mundo. Enquanto isso estiver sendo feito e outras minas estiverem sendo abertas, a projeção, com a estrada de ferro e o transporte desse minério, é atingirmos, ao longo do período de implantação das minas da estrada de ferro e do porto, cerca de 10 mil empregos diretos em uma região que é tida como pobre, mas, na verdade, suas riquezas estão enterradas no nosso chão.

Sr. Presidente, é bom advertirmos aqui, do Plenário desta Casa, que a nossa região está cansada de pedir esmola, ou seja, está cansada de pedir ajuda "pelo amor de Deus". Chega! É preciso termos espírito altaneiro, é necessário dispormos de independência para dizer que não queremos mais nos humilhar diante de esmolas, visto que elas não nos redimem, mas nos oprimem. É preciso que nos deem a oportunidade para trabalharmos. Temos riquezas em nosso subsolo, e elas são de caráter nacional; não podemos deixar de aproveitá-las. É claro que devemos fazê-lo levando em conta o controle do meio ambiente, isto é, de forma ambientalmente correta. Devemos aproveitar essas riquezas e oferecer ao nosso povo, à nossa gente, a oportunidade de trabalhar e ganhar o pão, com o suor do seu próprio rosto.

Com essa imagem - bíblica, meu caro Presidente -, concluo o meu pronunciamento dizendo que os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, finalmente, encontraram a porta para a sua redenção. É preciso que nós, Deputados que temos essa origem humilde, como V. Exa. - que trabalha pelos mais necessitados e defende os mais pobres -, ajudemos a abrir essas portas para que a redenção chegue, de fato, aos mais carentes, àquelas milhares de famílias que necessitam de trabalho, para que elas não precisem nunca mais voltar a viajar para o corte da cana e para a apanha do café, e para que possamos, ali mesmo, produzir as nossas riquezas e gerar empregos para os nossos concidadãos. Isso fará com que, orgulhosamente, num futuro muito próximo, os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha possam dizer que são tão independentes quanto o Triângulo e tão livres como o Sul de Minas, já que podem cuidar do próprio sustento e gerar a própria riqueza.

Todas aquelas histórias que contamos aqui são de uma região que está, no mapa de Minas, acima do Paralelo 18, possui 38% do território, 18% da população do Estado e conta com apenas 8% do retorno das verbas públicas, especialmente do ICMS, o que significa que quase 40% do território mineiro recebe do governo do Estado apenas 8% da sua economia. É preciso modificar e trabalhar esse aspecto, e, para trabalhá-lo, a estrada de ferro, pela qual tenho lutado tanto, agora se avizinha, a partir de 2011.

Entretanto, ainda é preciso lutar para que o próprio Estado, por meio da sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico, acelere o seu entendimento com as empresas para impedir que a exploração, a lavra, a terraplanagem, as instalações, ou seja, a própria mina comece a ser preparada sem antes começar o traçado da estrada de ferro. Que esse traçado seja discutido para não se fazer uma estrada de ferro que atenda apenas à mineração daquela empresa ou a todo o conjunto de mineração possível nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Podemos até aproveitar o traçado da antiga Estrada de Ferro Bahia-Minas em algumas partes.

Para a integração de Minas Gerais é necessário redimir essa região mais carente. Não há a possibilidade de um Estado como o nosso, tão importante para o Brasil, continuar com regiões tão diferenciadas. É necessário que as muitas Minas sejam aglutinadas numa só Minas Gerais, toda ela plena de riquezas, de oportunidade e de felicidade para o seu povo. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência de me permitir ultrapassar o tempo determinado pela Mesa.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Parabenizo o Deputado Getúlio Neiva pelas sábias e oportunas palavras com que, muito apropriadamente, faz a defesa desses valorosos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/9/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando Geraldo Paz de Oliveira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Joselyse de Abreu Argemiro para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando Marília Nunes de Souza Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Mauro Henrique Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93,

1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Sebastião Coelho Ferreira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Marília Nunes de Souza Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto na Lei nº 15.014, de 15/1/04, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 24/8/09, o servidor Afonso Luiz Frederico Raimundo, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 17/8/09, a servidora Sônia Maria Gonçalves Pinto, ocupante do cargo de Técnico de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Linear Equipamentos Eletrônicos S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo da TV Assembleia, instalados no interior do Estado, com fornecimento de peças e componentes. Objeto do aditamento: retificação do preço global do contrato. Vigência: 12 (doze) meses, a partir de 1º/6/2009. Dotação orçamentária: 1011.1.01.031.729.4239. 0001.9 339039.

ERRATA

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2009

Projeto de Lei nº 3.679/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/9/2009, na pág. 41, col. 2, no despacho, onde se lê:

"nos termos, do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno", leia-se:

"nos termos do art. 208, c/c o art. 102, do Regimento Interno".